



**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA**

**CAPACITAÇÃO PARA INTERAGIR COM O ESTADO E EXERCER O  
CONTROLE SOCIAL**

**VÂNIA SILVA CARDOSO**

**Brasília  
2011**



**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA**

**CAPACITAÇÃO PARA INTERAGIR COM O ESTADO E EXERCER O CONTROLE  
SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação apresentado à Escola de Administração Fazendária, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania

Cursista: Vânia Silva Cardoso

Orientador: Prof. Msc Antonio Henrique Lindemberg Baltazar

**Brasília,  
Fevereiro/2011**



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Vânia Silva Cardoso**

### **CAPACITAÇÃO PARA INTERAGIR COM O ESTADO E EXERCER O CONTROLE SOCIAL**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado como requisito parcial para obtenção do título de especialista do Curso de Educação Fiscal e Cidadania da Escola de Administração Fazendária – ESAF, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Msc Antonio Henrique Lindemberg Baltazar

---

**Nome/titulação (professor - membro da banca)**

---

**Nome/titulação (professor - membro da banca)**

**Brasília  
Fevereiro/2011**



## **CESSÃO DE DIREITOS**

### **CAPACITAÇÃO PARA INTERAGIR COM O ESTADO E EXERCER O CONTROLE SOCIAL**

Trabalho apresentado à Escola de Administração Fazendária – ESAF como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania.

**“É concedida à Escola de Administração Fazendária – ESAF permissão para publicar este trabalho por via impressa ou para divulgá-lo em meio eletrônico, para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela Internet, a título de divulgação da produção científica produzida em conjunto com a ESAF, sem ressarcimento dos direitos autorais.”**

---

**Vânia Silva Cardoso**

**Brasília, fevereiro de 2011.**

## DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a meus pais, ainda hoje, norte de minhas escolhas acadêmicas, profissionais e pessoais; ao meu marido e companheiro de jornada, Renato, por todo seu apoio, paciência e compreensão ao longo desta pós-graduação; e a todas as pessoas que voluntária e conscientemente se dispõem a dedicar parte do seu tempo ao exercício do controle social.

## **AGRADECIMENTOS**

À Superintendência da Receita Federal – 7ª Região Fiscal e Delegacia Especial de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro, nas pessoas de seus titulares, por viabilizarem a minha participação nesta pós-graduação;

Ao meu orientador, Mestre Antônio Henrique Lindemberg Baltazar, pela acolhida e por suas sempre precisas e pertinentes observações ao longo de todo este trabalho;

Ao amigo, Jean Philippe Teixeira Storch, e à minha sobrinha, Luise Juliani Mathias, por suas preciosas ajudas na consolidação e tradução em gráficos aos questionamentos da pesquisa aplicada aos voluntários.

## RESUMO

Esse trabalho teve como principal objetivo colher dados para a identificação e análises que sejam capazes de aferir sobre quais recursos são necessários para se capacitar os voluntários dos observatórios sociais e o que necessitam para exercerem o controle social em seus municípios. Houve ainda um estudo sobre buscar fundamentação teórica para melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem para adultos, compará-la com a capacitação oferecida aos servidores públicos que exercem o controle institucional dos recursos públicos e apresentar sugestões em relação a um programa de capacitação básico para auxiliar na formação desses voluntários. Por fim, contribuir para uma reflexão sobre as ações realizadas e os resultados obtidos ao longo do trabalho, buscando a fundamentação e a análise dos resultados para indicar o melhor procedimento com o intuito de se disponibilizar para o voluntariado a prática acerca das responsabilidades conferidas no exercício e desempenho da função. O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, além de se mensurar, por meio de um questionário aplicado ao público alvo, o qual forneceu os dados necessários para o levantamento das questões, buscando-se fortalecer a argumentação inicial e chegar a um resultado que objetivou o processo inicial da pesquisa. Esses questionamentos iniciais tiveram fundamentação em autores dentro da educação como base para adquirir e assimilar o ensino/aprendizado dentro de um modelo educacional voltado à cidadania e educação para exercer o controle social. Na introdução do trabalho, apresentaram-se os objetivos geral e específicos, a justificativa sobre a necessidade de promover uma capacitação aos que participavam como voluntários do Observatório Social do Brasil. No segundo capítulo, buscou-se apresentar o referencial teórico sobre a educação e a aplicação da metodologia no processo ensino/aprendizagem orientada para o adulto, a andragogia. No terceiro capítulo, tratou-se sobre a correlação dos treinamentos e capacitações promovidos para os servidores que exercem o controle institucional dos recursos públicos e os voluntários do Observatório Social do Brasil. No quarto capítulo, especificou-se sobre a metodologia utilizada para elaboração do instrumento para levantamento dos dados, o questionário. No quinto capítulo, fez-se a análise e discussão dos dados aferidos. Por fim, os comentários conclusivos acerca do trabalho, em que puderam ser observadas as dificuldades de esses voluntários exercerem suas funções sem um treinamento adequado e a indicação de capacitá-los dentro do processo ensino/aprendizagem orientado para o adulto. E que esse esteja apto a desempenhar o seu papel cidadão junto ao poder público tornando-o capacitado para o exercício do controle social pretendido.

**Palavras-chave:** Observatório Social do Brasil – OSB. Controle Institucional dos Recursos Públicos. Voluntários dos Observatórios Sociais. Educação e cidadania.

## ABSTRACT

This work had as main objective to give a basis for the identification and analyses that are capable to survey on which resources are necessary to enable the volunteers of the social astrorooms and what they need to exert the social control in its cities. It still had a study on searching theoretical recital for better development of the process teach-learning for adults, comparing it with the offered qualification with the public servers who exert the institutional control of the public resources and to present suggestions in relation to a basic program of qualification to assist in the formation of these volunteers. Finally, to contribute for a reflection on the carried through actions and the results gotten throughout the work, being searched the recital and the analysis of the results to indicate optimum procedure with the intention of if to release for volunteering practical concerning the responsibilities conferred in the exercise and the performance of the function. The work was carried through from a bibliographical research, beyond if measurer, by means of a questionnaire applied to the white public, which supplied the necessary data the survey of the questions, searching to fortify the initial argument and to arrive at a result that objectified the initial process of the research. These initial questionings had inside had recital in authors of the education as base to acquire and to assimilate education inside/learning of an educational model directed to the citizenship and education to exert the social control. In the introduction of the work, the specific objectives had been presented general and, the justification on the necessity to promote a qualification to that they participated as voluntary of the Social Astroroom of Brazil. In as the chapter, one searched to present the theoretical referential on the education and the application of the methodology in the process education/learning guided for the adult, the andragology. In the third chapter, one was on the correlation about the training and qualifications promoted for the servers who exert the institutional control of the public resources and the volunteers of the Social Astroroom of Brazil. In the room chapter, it was specified on the methodology used for elaboration of the instrument for survey of the data, the questionnaire. In the fifth chapter, it became analysis and quarrel of the surveyed data. Finally, the conclusive commentaries concerning the work, where the difficulties of these volunteers could have been observed to exert its functions without an adequate training and the indication to inside enable them of the process guided education/learning to the adult. E that this is apt to play its role citizen next to the public power becoming enabled it to the exercise of the intended social control.

**Word key:** Social astroroom of Brazil - OSB. Institutional control of the Public Resources. Volunteers of the Social Astrorooms. Education and citizenship



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE</b> .....	13
2.1. Iniciativas Sociais .....	14
2.1.1. Orçamento participativo .....	14
2.1.2. ONG's – Organizações Não Governamentais .....	15
2.1.3. Controle social participativo .....	16
2.2. O Processo Educativo .....	17
2.2.1. A evolução por meio da educação .....	18
2.2.2. Os pilares da educação .....	18
2.2.3 O modelo de aprendizagem .....	20
2.3. Andragogia – A Aprendizagem do Adulto .....	21
2.3.1. Conceitos andragógicos .....	22
2.3.2. A práxis educacional no modelo andragógico .....	23
2.3.3. Aspectos motivacionais no modelo andragógico .....	25
<b>3. CONTROLE INSTITUCIONAL DOS RECURSOS PÚBLICOS</b> .....	27
3.1. Principais Características e Finalidade .....	27
3.1.1. Controle institucional interno .....	27
3.1.2. Controle institucional externo .....	27
3.1.3. Os envolvidos no processo .....	28
3.1.4. Necessidade de capacitação e treinamento .....	28
3.1.5. Instituições promotoras de cursos específicos para formação .....	29
3.2. Capacitação Atualmente Oferecida aos Voluntários dos Observatórios Sociais .....	36
3.2.1 Observatório Social do Brasil .....	36
3.2.2. Principais programas desenvolvidos .....	37
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	40
4.1. Análise da Capacitação Considerada Necessária aos Voluntários Sociais .....	40
4.2. Amostra de Participantes do Estudo .....	41
4.3. Tipo de Pesquisa .....	42
4.4. Instrumento .....	43
<b>5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	45
5.1.1. Sexo .....	45
5.1.2. Faixa etária .....	45
5.1.3. Estado civil .....	46
5.1.4. Escolaridade .....	46
5.2. Segunda Etapa da Pesquisa – Questões fechadas .....	47
5.2.1. Questão fechadas – segunda parte da pesquisa .....	47
5.3. Discussão dos Resultados Obtidos na pesquisa .....	52
5.3.1. Comparação entre os tipos de capacitação ofertada a servidores e a de voluntários .....	52
<b>CONCLUSÃO</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56

## 1. INTRODUÇÃO

No interior do Brasil, no início deste século, surgiu uma forma inédita de se tentar controlar os gastos públicos. Em decorrência da insatisfação na aplicação, má utilização ou desvio de recursos, organizações civis, na forma de observatórios sociais, surgiram para acompanhar e controlar os gastos efetuados pelas prefeituras de pequeno/médio portes do país.

Os observatórios sociais buscam a transparência da gestão e administração municipal, além da correta aplicação dos recursos públicos, monitorando o processo licitatório desde a publicação dos editais até a entrega dos produtos ou serviços.

De acordo com o sítio do Observatório Social do Brasil<sup>1</sup> (OSB, 2010), o monitoramento das licitações inclui “um importante trabalho de divulgação dos editais às empresas locais dos respectivos ramos de atividade, [...] aumentar a concorrência, reduzir a possibilidade de fraudes e direcionamentos”. Ainda de acordo com os objetivos, os observatórios sociais incentivam a participação ativa dos cidadãos na gestão de suas cidades, “contribuindo para a mudança cultural no país, fomentando a educação para a cidadania fiscal, como forma de estimular novos hábitos e costumes no cidadão”. Acrescente-se ao acima exposto, a contribuição que fazem para a economia dos cofres públicos locais, porque proporcionam a participação do maior número de empresas nos processos licitatórios de seus municípios.

O primeiro observatório social foi criado em Maringá/PR, em 2006, e nasceu em decorrência do impacto do maior caso de corrupção ocorrido naquela cidade, quando cerca de 50% do orçamento público municipal foram desviados dos cofres públicos.

Em três anos, os observatórios se multiplicaram e, em dezembro de 2008, os observatórios sociais existentes somavam 14 (quatorze), distribuídos em três estados brasileiros; em dezembro de 2009, em nove estados brasileiros, já existiam 41 (quarenta e um) observatórios sociais; em 2010, no mês de setembro, o número de observatórios em funcionamento, distribuídos em 16 (dezesesseis) estados

---

<sup>1</sup> [www.observatoriosocialdobrasil.org.br](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br), acesso em 06/09/2010.

brasileiros, totalizou 52 (cinquenta e dois), acrescido de 20 (vinte) em fase de instalação e 46 (quarenta e seis) em fase de sensibilização<sup>2</sup> (OSB, 2010).

Cabe ressaltar, entretanto, que a estrutura funcional dessas organizações é mínima. O trabalho desenvolvido se faz principalmente por meio de voluntários, especialmente professores, aposentados, universitários e/ou donas de casa.

Nesse sentido, para que as atividades desenvolvidas pelos observatórios sociais sejam realizadas de forma eficiente, chama-se a atenção para a necessidade de definir-se um programa básico e eficaz de capacitação desses voluntários, quando constatada a hipótese de não possuírem o conhecimento para exercerem o controle social.

Em Maringá/PR, o agora denominado Observatório Social do Brasil (ex-Instituto da Cidadania Fiscal - ICF), que surgiu em decorrência das atividades desenvolvidas pelo Observatório Social de Maringá, com o objetivo principal de auxiliar na formação e estruturação de novos observatórios, promove uma capacitação técnica básica e inicial aos novos observatórios e futuros voluntários dessas organizações.

No Rio de Janeiro, o Grupo de Trabalho do Controle Social (GTCS), recém-constituído, promoveu, por meio da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, um único evento de capacitação para desenvolver pessoas com o objetivo de atuarem nos observatórios que estão surgindo no estado.

Para que os integrantes dos Observatórios Sociais possam ter condições de exercer efetivamente o controle social em seus municípios, torna-se extremamente relevante todo o processo de formação e capacitação dos voluntários que atuam junto aos observatórios sociais. Essas organizações civis devem oferecer a esses cidadãos um contínuo e permanente processo de capacitação e desenvolvimento.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar que tipo de capacitação está sendo oferecida aos voluntários dos observatórios sociais para exercerem o controle social e, especificamente, buscar fundamentação teórica para melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem para adultos, compará-la com a capacitação oferecida aos servidores públicos que exercem o controle institucional

---

<sup>2</sup> Dados fornecidos no Seminário Brasileiro de Educação Fiscal e Controle Social dos Gastos Públicos: Rede de Observatórios Sociais, realizado em Maringá nos dias 13 e 14 de setembro de 2010.

dos recursos públicos e apresentar sugestões em relação a um programa de capacitação básico para auxiliar na formação desses voluntários.

A presente monografia foi estruturada da seguinte forma:

- **Parte introdutória e o objetivo do trabalho:** Na introdução do trabalho, apresentaram-se os objetivos geral e específicos e a justificativa sobre a necessidade de se promover uma capacitação aos que participavam como voluntários de um observatório social.
- **Educação, Cidadania, Andragogia:** no segundo capítulo, buscou-se apresentar o referencial teórico sobre a educação, a evolução no processo educativo e a aplicação da metodologia no processo ensino/aprendizagem orientada para o adulto, a andragogia.
- **Capacitação oferecida ao servidor público e aos voluntários:** no terceiro capítulo, tratou-se sobre a correlação dos treinamentos e capacitações promovidos para os servidores que exercem o controle institucional dos recursos públicos e os voluntários dos observatórios sociais.
- **Metodologia utilizada:** no quarto capítulo, especificou-se sobre a metodologia utilizada para elaboração do instrumento para levantamento dos dados, o questionário.
- **Análise e discussão:** no quinto capítulo, fez-se a análise e discussão dos dados aferidos da capacitação atualmente oferecida aos voluntários dos observatórios sociais, por meio da pesquisa aplicada.
- **Conclusão:** foi feito os comentários conclusivos acerca dos assuntos abordados no trabalho, bem como uma análise sintética dos resultados obtidos.

## 2. A EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE

A Educação, afinada com os princípios éticos, deve dispor-se a fomentar a consciência cidadã nas pessoas para que exerçam, não apenas a cidadania passiva (o direito de votar e ser votado), mas principalmente a sua cidadania ativa, fiscalizando os gastos públicos, acompanhando a aplicação dos recursos públicos em prol da sociedade.

Cabe principalmente à educação contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs mais conscientes de seu papel social no mundo de hoje, tornando-os mais preparados para a vida, com conhecimentos e habilidades para compreender e intervir no mundo em que vivem. Assim, educar para a cidadania é propiciar o espaço crítico sobre o direito/dever de participar diretamente nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de gestão e execução das políticas e programas públicos. Estado e sociedade compartilhando responsabilidades.

É nessa perspectiva que afirma Chauí (1997):

Nossos sentimentos, nossas condutas, nossas ações e nossos comportamentos são modelados pelas condições em que vivemos (família, classe e grupo social, escola, religião, trabalho, circunstâncias políticas, etc.). Somos formados pelos costumes de nossa sociedade, que nos educa para respeitarmos e reproduzirmos os valores propostos por ela como bons e, portanto, como obrigações e deveres. Dessa maneira, valores e deveres parecem existir por si e em si mesmos, parecem ser naturais e intemporais, fatos ou dados com os quais nos relacionamos desde nosso nascimento: somos recompensados quando os seguimos, punidos quando os transgredimos (CHAUÍ, 1997, p. 340).

Criticando a ausência de responsabilidade social na construção da cidadania brasileira, afirma Bittar (2004) que:

A cultura da responsabilidade social ainda não está amadurecida para a educação. Continua-se a falar em cidadão quando se fala em comemorar datas cívicas (dia do Descobrimento do Brasil, dia da Revolução de 1932, dia da Bandeira), mas não se confere instrumentos e ferramentas (conceituais, éticos e socioinstitucionais) pelos quais o educando possa mudar um pouco seu ambiente de convívio, a quadra de sua casa, a praça de sua rua, o sistema de trabalho de sua empresa, os esquemas de distribuição e participação no poder. O continuísmo dos conceitos políticos tradicionais é uma realidade para educadores e educandos, pois ainda não se percebeu senão parcamente o profundo relacionamento que a educação

mantém com as estruturas e os compromissos políticos de um povo (BITTAR, 2004, p.89).

É importante ressaltar que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece mecanismos de intervenção direta dos cidadãos nas tomadas de decisão. Novos espaços de participação da sociedade civil surgiram para somar e agregar valor às formas representativas previamente conhecidas, com o objetivo de monitorarem a gestão pública.

## **2.1. Iniciativas Sociais**

Não restam dúvidas de que a atual Constituição fortaleceu visivelmente os princípios de participação e controle social da gestão pública pela sociedade brasileira, por meio de alguns instrumentos de democracia participativa, como a iniciativa popular das leis, os plebiscitos e referendos e a participação popular em colegiados de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, porém ainda timidamente utilizados.

### *2.1.1. Orçamento participativo*

Com o fim da inflação galopante a partir de 1994, o monitoramento dos gastos públicos tornou-se um tema relevante da agenda do controle social, como, por exemplo, a implementação de iniciativas como o orçamento participativo. Além disso, lideranças sociais, entidades não governamentais e gestores públicos buscam continuamente soluções para a obtenção, aplicação e controle dos recursos públicos. Várias iniciativas da sociedade civil têm se desenvolvido no sentido de promover o acompanhamento e a fiscalização dos recursos e gastos públicos.

Nesse entendimento, Avritzer e Anastasia (2006) exortam que:

O sistema político gerado pela Constituição de 1988 é um sistema híbrido que incorporou na sua organização amplas formas de participação no plano do processo decisório federal, assim como, no plano local. Duas formas

principais de participação foram geradas pela Constituição de 1988: uma primeira, a participação direta através da expressão da soberania por meio de plebiscitos, referendos e iniciativas populares, parece ter sido a preferência do legislador constitucional, ainda que o seu exercício pós-Constituição de 1988 não tenha sido muito grande. Uma segunda forma de participação, centrada no nível local, proliferou como decorrência da incorporação da participação exigida por alguns capítulos de políticas sociais da Constituição de 1988, em particular, os capítulos da seguridade social e da reforma urbana.

[...]

A Constituição de 1988 propôs, na sua arquitetura mais genérica, uma combinação entre formas de representação e formas de participação. Essa combinação está expressa na redação do artigo 14, incisos I, II e III, que assegura que “[a] soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo [e] iniciativa popular”.

[...]

Há uma segunda forma de participação que está prevista na Constituição de 1988 que é a de atores ou entidades da sociedade civil na deliberação sobre políticas públicas. Os conselhos de política e tutelares ou as formas de participação a nível local são instituições híbridas que foram normatizadas nos anos 90 (AVRITZER; ANASTASIA, 2006, p.36 e 37)

### 2.1.2. ONG´s – Organizações Não Governamentais

Além dos conselhos de políticas públicas, que são órgãos colegiados criados e mantidos pelo Estado, surgiu também uma outra espécie de entidade que propicia a participação social: as organizações não governamentais (ONGs), que são associações civis com personalidade jurídica de direito privado. O Estado não participa desse tipo de formação.

As ONGs surgiram para exercer o controle social, reivindicar e monitorar os direitos da população. Seus membros participam do cotidiano do Poder Público, promovendo a democratização da gestão pública.

Siraque (2009) define-as como:

Ao longo da década de 90, surgiram as Organizações Não-Governamentais, também conhecidas pela sigla ONGs, que adquiriram grande visibilidade na vida brasileira e sua importância política é a participação de seus membros no cotidiano do Poder Público. São organizações de natureza não-estatal, criadas por homens e mulheres que se reúnem com a finalidade de promover “a participação popular, o controle social e a democratização da gestão das políticas e dos serviços público e de outras atividades do Estado, como o planejamento urbano e o orçamento público” (SIRAQUE, 2009, p.130).

A parceria Organização Não Governamental (ONG) - Estado estabelece uma relação alternativa para a prestação de serviços públicos que originariamente estariam sob a responsabilidade única do Estado. Por conta do seu tamanho ou da falta de condições para uma atuação eficiente, o Estado acaba delegando à ONG esta atividade. As ONGs têm um caráter complementar para a atuação do Estado.

### *2.1.3. Controle social participativo*

Considerando o tamanho do Estado brasileiro, o controle institucional, por mais atuante que seja, não tem, e dificilmente terá, condições de controlar todos os assuntos. Necessário se faz a atuação popular.

O controle social torna-se, assim, um complemento indispensável ao controle institucional. Com essa postura, pode-se conseguir minimizar as gritantes e ainda existentes condutas indevidas de gestores públicos, a má utilização dos recursos públicos e a desigualdade social reinante em nosso país.

Os desafios que se colocam diante da democracia brasileira exigem cidadãos que não se limitem a reclamar, mas que se disponham a agir e participar da vida do país. E, para isso, deve-se ir além dos limites da democracia puramente representativa: é necessária a participação ativa e direta dos cidadãos, que devem tomar para si a responsabilidade por zelar pelo funcionamento das instituições públicas e de aplicar, de forma consciente, os recursos públicos, procurando identificar como melhor integrar o planejamento governamental aos recursos disponíveis.

O objetivo maior deve ser o de propiciar melhor qualidade de vida para a população, controlando os gastos públicos, reduzindo a oportunidade de desvios e/ou do uso inapropriado dos recursos.

A obrigação de controlar o uso do dinheiro público é um dever de todo cidadão e do próprio Poder Público, sendo o Orçamento Público o instrumento pelo qual se processa a alocação dos recursos públicos (Gestão Democrática dos Recursos Públicos – PNEF – Caderno 4).



É fundamental que ocorra a participação dos cidadãos no controle dos gastos públicos, acompanhando as ações governamentais e exigindo o uso transparente e efetivo dos recursos arrecadados. A isso chamamos controle social, que nada mais é do que a participação do cidadão na gestão pública, fiscalizando e monitorando os atos dos seus dirigentes na condução da administração e do funcionamento da máquina pública.

E o controle social pode ser exercido não só por meio da utilização dos instrumentos ofertados constitucionalmente, mas também por meio de formas desenvolvidas pela sociedade civil, como observado com o surgimento e expansão dos Observatórios Sociais.

E para que este controle social seja exercido de forma eficiente, necessário se faz capacitar as pessoas para que tenham condições de acompanhar, interagir, avaliar e cobrar dos dirigentes públicos a correta aplicação dos recursos oriundos dos tributos pagos.

## **2.2. O Processo Educativo**

Objetivando o crescimento de um indivíduo dentro da sociedade em que se vive, a Educação procura formar pessoas com capacidade para ler, contar, entender, argumentar e compreender o contexto sociocultural em que estão inseridas. O que deve ser buscado por meio da Educação é a formação de um ser capaz de interferir, mudar e desenvolver sua realidade, se necessário for, e conquistar uma vida digna de ser vivida não só por ele, mas, também, por todos os outros integrantes de sua sociedade.

A Educação deve dotar o indivíduo da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento, tomando o seu destino nas mãos e contribuindo para o progresso social. Pela Educação, o ser humano deve ser preparado para elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular seus próprios juízos de valor, de modo a decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias de vida.

### *2.2.1. A evolução por meio da educação*

Não seria redundante afirmar que uma ação educativa eficiente deve objetivar a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e capazes de atuar na transformação do meio em que vivem. E desenvolvendo esta cultura de participação ativa, a Educação propiciará às pessoas a aptidão de vislumbrarem melhores condições de vida.

Entretanto, diferentemente de outros seres vivos, o ser humano nasce com grande dependência dos pais para ser alimentado, protegido, orientado, educado. De certa forma, o processo educacional tradicional reforça esta dependência, ao delegar aos educadores o papel de protetores do indivíduo em formação.

### *2.2.2. Os pilares da educação*

Citando o Relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, Delors (1998), então presidente da comissão, cujos trabalhos se desenvolveram entre 1993 a 1996, apontou os pilares em que a Educação deve se sustentar para formar pessoas que tenham condições de viverem e evoluírem conjuntamente, além de se respeitarem mutuamente, observando a pluralidade e diversidade de formações, de culturas, de religiões.

Quatro são os pilares de sustentação da Educação, segundo o relatório:

- 1) **Aprender a Conhecer:** o indivíduo deve buscar aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas;
- 2) **Aprender a Fazer:** o indivíduo deve se preocupar com a sua formação profissional e colocar em prática os seus conhecimentos;
- 3) **Aprender a Ser:** a Educação deve buscar o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência e sensibilidade, aperfeiçoando o

seu sentido estético e desenvolvendo suas responsabilidades e consciência pessoais;

- 4) **Aprender a Viver Juntos:** talvez o maior desafio da atualidade, pois, hoje em dia, existe um grande individualismo e uma grande tendência de supervalorização da pessoa e do grupo em que se encontra inserida, em detrimento de todo o restante da sociedade, formada por múltiplas diferenças pessoais, diversidades de toda natureza, pluralidade de entendimentos e compreensões.

O que deve ser buscado por meio do processo educativo ao longo da vida é a preparação do indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, por intermédio de um melhor conhecimento do mundo em que vive, com todas suas rápidas transformações. A Educação deve ajudar a melhor compreender esta evolução e a definir que tipo de contribuição cada um pode oferecer a um convívio social mais harmônico e menos desigual.

E como atesta Bittar (2004):

Não há educação eticamente isenta, assim como não há educação ideologicamente neutra. As tomadas de decisão quanto a conteúdos programáticos, métodos de ensino/aprendizagem, dinâmicas pedagógicas, políticas públicas educacionais, sistemáticas de avaliação, critérios de elevação da qualidade de ensino, diretrizes curriculares nacionais, exigências mínimas de habilidades e competências por áreas de conhecimento etc. sempre passam por fortes juízos de valor, e sempre se fazem visando a algum ganho ou perda para a construção do conhecimento. A opção por ensino profissionalizante, sem dúvida, traduz uma ideologia voltada para os pressupostos de ação do/no mercado, enquanto uma opção por ensino formativo e crítico-reflexivo traduz-se em educação libertadora, na medida em que suas preocupações colocam o educando em sintonia com o processo de desobsessão de sua condição de oprimido, na leitura de Paulo Freire.

A conclusão primeira que se pode ter, portanto, é a de que a questão ética (valor, comportamento, intenção, consciência, ação humana e interrelação social) e questão educacional (formação, aquisição de instrução, burilamento, preparo social) caminham lado a lado. Esse parece ser um compromisso inelutável da própria natureza do ato educacional, da própria essência de qualquer pensamento sobre a questão e, também, algo presente em toda política pública para o setor.

[...]

Cabe seja dito: educação e cidadania, mas também: educação para a cidadania. Ainda, é legítimo dizer: cidadania na educação. Essas relações estão a denunciar a complexa trama de significações que podem assumir os dois termos se colocados em experiências laterais, de mútua cooperação e imbricação. É fundamental que se pensem essas dimensões, a ponto de, a

partir delas, se analisar o próprio projeto educacional brasileiro (BITTAR, 2004, p.75,76 e 110).

Embasada na ética essencial da convivência em grupo, a Educação deve contribuir para desenvolver a consciência social das pessoas, de forma a contrabalançar o excessivo individualismo e o eterno enaltecimento dos aspectos econômicos ou tecnicistas do mundo atual. Também deve objetivar a contínua construção da pessoa humana, consciente de si própria, do seu papel no mundo e do meio ambiente que a rodeia, compreendendo-se como parte de um todo.

### *2.2.3 O modelo de aprendizagem*

Talvez seja hoje um dos maiores desafios do sistema brasileiro de educação a construção de ações educativas que atendam às diversas dimensões de formação dos indivíduos. A elaboração de currículos que se faz imperiosa e necessária deve expressar efetivamente a vida real, fomentando no indivíduo a consciência ética e responsabilidades inerentes ao momento em que se vive.

A aprendizagem não deve ser apenas um acúmulo de informações e os conteúdos programáticos não devem ser recortes do conhecimento científico considerado relevante pelos burocratas acadêmicos.

Paulo Freire, renomado educador brasileiro, em duas de suas obras, afirma que “ninguém educa ninguém, nem ninguém aprende sozinho; nós homens (mulheres) aprendemos através do mundo” (FREIRE, 1987, p. 6) e, em outro momento, atesta: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2009, p.47).

Mesmo diante de tantas transformações ao longo da vida de uma pessoa, desde o nascimento até a fase adulta, os sistemas de ensino continuam estruturados no formato utilizado para as crianças e adolescentes. As crianças absorvem as informações que lhe são ofertadas indistintamente; já os adultos desenvolvem uma habilidade mais intelectual, mais crítica, mais voltada para a experimentação, para a sua vivência.

Em função do acima exposto, conceitos como Pedagogia e Andragogia necessitam de uma melhor distinção e compreensão para o esperado desenvolvimento educacional de um indivíduo.

### 2.3. Andragogia – A Aprendizagem do Adulto

A Pedagogia, segundo Oliveira (1999, p. 45-46), é compreendida como a arte e ciência de ensinar crianças e adolescentes e baseia-se no conceito de que o aprendiz é uma pessoa dependente e submissa à orientação do professor. Já a Andragogia, a arte e ciência de ensinar adultos, parte do pressuposto de que o aprendiz adulto é uma pessoa autodirecionada, responsável por si mesma e por sua aprendizagem. Essa afirmativa pode ser observada em Alcalá (1999), quando exorta que:

A Andragogia é a ciência e a arte na aprendizagem de adultos que, sendo parte a Antropologia e estando imersa na Educação Permanente, se desenvolve através de uma prática fundamentada nos princípios da Participação e da Horizontalidade, cujo processo, orientado com características sinérgicas pelo Facilitador do aprendizado, permite incrementar o pensamento, a autogestão, a qualidade de vida e a criatividade do participante adulto, com o propósito de proporcionar uma oportunidade para que se atinja a autorrealização (ALCALÁ, 1999, p.10)

Apesar de existir na América do Norte há mais de quatro décadas, a Andragogia é vista ainda como uma ciência emergente no Brasil e um dos ramos da Pedagogia. Madeira (1997) define muito bem essa corrente teórica quando explica:

A Andragogia se apresenta como:

- a) uma visão clara e objetiva das especificidades da natureza do processo educacional de adultos distinguindo-se das finalidades e objetivos de uma educação de crianças e adolescente;
- b) uma consideração do perfil mais determinado das características bibliográficas (sic), psicoemocionais, econômicas, sociais e políticas dos adultos;
- c) uma atenção especial às circunstâncias e condições de vida, das experiências e das vivências dos adultos homens e mulheres no processo educacional (MADEIRA, 1997, p.7).

Segundo Oliveira (1999), a Andragogia nasceu em contraposição à Pedagogia, em função desta última se sustentar no ensino diretivo, centrado na figura do professor, baseando-se em conhecimentos direcionados por este e desprezando a vivência do aluno. Essa concepção pode ser vista no incerto abaixo, quando esclarece que:

A experiência do aprendiz tem pouco valor como fonte de aprendizagem; a experiência considerada é a do professor, a do livro didático, a do escritor e a dos recursos audiovisuais. Por isso, técnicas de transmissão – leituras, dever de casa etc., são a essência metodológica. (...) Aprendizagem têm a orientação voltada para disciplinas; eles veem o aprendizado como uma aquisição de conteúdos. Por isso as experiências de aprendizagem são organizadas de acordo com a lógica de conteúdo programático (OLIVEIRA, 1999, p. 27).

Já Madeira (1999) aborda as limitações da Pedagogia, que se tornaram responsáveis pela insurgência da Andragogia, quando afirma que:

Transpõem-se para a práxis (sic) da educação de adultos os mesmos métodos e as mesmas estratégias do ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes. (...) Comparando-se o material didático que as crianças usam na sua alfabetização e o material instrucional usado no trabalho educativo com adultos, flagra-se facilmente a mesma matriz (MADEIRA, 1999, p. 38).

### 2.3.1. *Conceitos andragógicos*

Segundo Malcon Knowles<sup>3</sup>, especialista norte-americano em educação para adultos, a pessoa adulta tem o seu aprendizado facilitado e mais ajustado às suas características e expectativas quando observados os oito princípios abaixo:

1. “Os adultos devem ter desejo de aprender” – devem ter uma forte motivação íntima que os leve a adquirir conhecimentos e/ou habilidades;
2. “Os adultos aprenderão somente o que sentem necessidade de aprender” – necessitam de conhecimentos com aplicabilidade imediata; querem ensinamentos simples e diretos aplicáveis ao seu trabalho;
3. “Os adultos aprendem fazendo” – os adultos esquecem dentro de um ano 50% do que aprenderam de forma passiva, em dois anos esquecerão 80%. A retenção de conhecimentos é mais elevada quando o homem participa ativamente do processo de aprendizagem;

---

<sup>3</sup> <http://www.infed.org/thinkers/et-knowl.htm>, acesso em 06/09/2010.

4. “A aprendizagem se centraliza em problemas e os problemas devem ser reais” – tirados de experiências, com soluções práticas e precisas das quais se possam deduzir princípios;
5. “Os novos conhecimentos devem ser relacionados com suas experiências anteriores e integrados às mesmas”;
6. “Os adultos aprendem melhor em ambiente informal”;
7. “Os adultos querem sentir-se responsáveis por sua própria aprendizagem” – necessitam de oportunidades onde realizem a autoavaliação do seu progresso;
8. “Os adultos são capazes de conhecer suas dificuldades no trabalho e se responsabilizarem pela sua própria mudança”.

São ainda condições facilitadoras do processo andragógico - a promoção de um clima de cumplicidade entre os aprendizes adultos e instrutores, que deve ser proporcionado por um relacionamento aberto, cooperativo, onde a confiança e bom humor estejam presentes.

### *2.3.2. A práxis educacional no modelo andragógico*

O conhecimento a respeito do grupo de adultos com que se vá trabalhar incentiva o aprendiz adulto a aprender a aprender, pois é característica do processo andragógico a voluntariedade dos alunos – eles estão ali porque querem aprender e não porque precisam aprender para concluir o seu processo de educação formal.

Pessoas adultas sentem-se valorizadas em um ambiente de aprendizagem que utiliza seus conhecimentos anteriores. O aprendiz adulto traz consigo experiências, hábitos consolidados, maneiras próprias de pensar e agir, preconceitos sobre a realidade e até atitudes defensivas devido a experiências passadas negativas.

Para minimizar esses aspectos, o facilitador necessita desenvolver estratégias que permitam reduzir defesas, estimulem e facilitem a abertura de novos

horizontes. Uma das formas de reduzir as defesas consiste em ajudar o adulto a enxergar os benefícios que obterá com o curso ou treinamento. Mas também é relevante ressaltar que os aprendizes adultos geralmente ficam impacientes com excessiva teoria ou dados históricos.

O processo de aprendizagem de um adulto possui requisitos que precisam estar presentes para que a aprendizagem desejada realmente ocorra.

Assim os aprendizes adultos necessitam de, segundo observado no...:

- a. ter atitudes e percepções positivas sobre a aprendizagem. Isto inclui o conforto físico, a aceitação por professores e colegas (componente emocional), as regras claras quanto a procedimentos, a adequação das tarefas propostas (em termos de valor, clareza e adequada dificuldade);
- b. identificar padrões ou ligar a informação nova à informação de que já dispõem. São as formas de ajudar o aluno a adquirir conhecimento pela adoção da estratégia de ligar o conhecimento novo ao conhecimento já existente. Importante, também, é a distinção entre o conhecimento declarativo (saber que) e o conhecimento procedural (saber como);
- c. ampliar e refinar o conhecimento. O aluno deve ser estimulado a ir além daquilo que já aprendeu, acrescentando novos conceitos e estabelecendo novas relações. Isso exige atividades como: questionar, comparar, classificar, fazer induções, fazer deduções, abstrair, analisar erros e analisar perspectivas;
- d. aplicar e usar o conhecimento de forma significativa. Quando um conhecimento adquirido em relação a uma área do conhecimento é aplicado a outra área de conhecimento, fala-se em transferência de conhecimento. Ao adquirir significado esta aprendizagem terá mais valor;
- e. desenvolver hábitos mentais produtivos. É função do professor que tem de pensar em estratégias de ensino que ajudem os alunos a aprender a aprender através da aquisição de hábitos mentais produtivos como: buscar clareza e precisão, restringir a impulsividade, avaliar a eficácia de suas ações, usar *feedback*, perseguir intensamente objetivos de longo prazo, ter e manter padrões próprios de avaliação, buscar ângulos novos na análise de problemas. (Esaf – Centro Estratégico de Formação Permanente – Cefor. Nivelamento Pedagógico – Instrutoria. Apostila para instrutores do curso de formação para Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil. 2010).

Na andragogia, o professor (facilitador) e os alunos (participantes) sabem que têm funções diferentes, mas não há superioridade ou inferioridade - há a horizontalidade e a troca contínua de experiências, surgindo espaço até para se criticar a razão de certos conteúdos ministrados, procurando-se entender a lógica do que lhes é oferecido.



### *2.3.3. Aspectos motivacionais no modelo andragógico*

A valorização do conhecimento tácito e da cultura do adulto aprendiz é defendida pelos autores mais democráticos ligados à educação de jovens e adultos. O que se interroga é em que contexto e com quais objetivos essa valorização é realizada: no sentido de uma autovalorização do adulto, para que ele contribua como agente transformador da realidade social em que se encontra inserido, ou apenas que continue a perpetuar o sistema social em que se encontra.

As experiências tornam o adulto atento, independente, capaz de criticar e analisar situações, de fazer analogias, de aceitar ou não as informações que a ele chegam. Dessa forma, na formação de adultos, não cabe a adoção do mesmo sistema educacional voltado para crianças. Ao adulto é possível um processo de experimentação, vivência e raciocínio que só a maturidade proporciona.

A andragogia vem auxiliar neste caminhar, promovendo o aprendizado do adulto por meio da experiência, vivenciando o conteúdo com o objetivo de imediata aplicação. É o aprender intermediado pelo fazer, o “aprender fazendo”.

Por fim, entende-se por andragogia a arte e a ciência de ajudar o adulto a aprender e, nessa linha, contrapõe-se ao modelo pedagógico que significa, literalmente, a arte e ciência de ensinar crianças.

Nesse raciocínio, um programa de capacitação voltado aos voluntários dos observatórios sociais (aprendizes adultos) deve ser pensado observando-se os preceitos inerentes à andragogia, partindo-se de uma premissa básica - a motivação interna. As pessoas que se aproximam de um observatório social, em princípio, demonstram disposição para exercerem sua cidadania ativa no controle do gasto público, no monitoramento das ações governamentais e na correta aplicação dos recursos públicos.

Além disso, este programa de capacitação deve estar baseado nos princípios éticos e constitucionais da gestão pública e ter aplicabilidade imediata no controle dos gastos públicos. A definição de um programa com este norte favorecerá o trabalho a ser desenvolvido pelos observatórios sociais.

O enfrentamento dos problemas reais da gestão pública deverá conduzir a uma definição de conteúdo programático calcado na objetividade e praticidade, com correlação direta e imediata aos mecanismos de controle e monitoramento das atividades públicas.

Quanto melhor capacitados se encontrarem os voluntários para o exercício do controle social, maiores governança democrática e transparência encontrar-se-ão na administração pública.

### **3. CONTROLE INSTITUCIONAL DOS RECURSOS PÚBLICOS**

#### **3.1. Principais Características e Finalidade**

O controle institucional dos recursos públicos é exercido por servidores capacitados para tal fim e é isento da participação direta da sociedade. Deve ser exercido interna e externamente.

##### *3.1.1. Controle institucional interno*

O controle institucional interno, cuja atribuição é do próprio órgão executor da atividade pública, tem, segundo Siraque (2009), as seguintes características e finalidades:

O controle institucional interno é uma autofiscalização, voltada, entre outros, aos seguintes objetivos: 1) preparar a prestação de contas e o controle externo, social e institucional; 2) fiscalizar as atividades dos agentes públicos hierarquicamente inferiores; 3) fornecer informações à administração superior; 4) garantir a legalidade, eficiência, economicidade na aplicação dos recursos públicos; 5) identificar erros e fraudes; 6) preservar a integridade do patrimônio público; 7) acompanhar a execução do plano plurianual, do orçamento público e demais planos e metas da Administração Pública (SIRAQUE, 2009, pp. 94 e 97).

Siraque (2009) ainda destaca que dentro desse modelo de sistema, o qual “[...] gera transparência dos atos e eficiência administrativa, promove o profissionalismo nas relações internas à Administração, garante a igualdade na prestação dos serviços públicos” e que propicia, além do já elencado, “[...] o combate ao tráfico de influências, o clientelismo político e, portanto, contribui com a participação popular e controle social.”

##### *3.1.2. Controle institucional externo*

Ainda de acordo com Siraque (2009), “o controle institucional externo é o realizado por órgão estatal estranho àquele onde o ato foi realizado.” São exemplos:

“as Ouvidorias, o Ministério Público, os Tribunais de Contas, que zelam pela correta aplicabilidade dos recursos públicos.”

### *3.1.3. Os envolvidos no processo*

Os servidores públicos responsáveis pelo controle institucional dos recursos públicos, e por sua aplicação, atuam principalmente nas áreas de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças públicas. Esses servidores precisam estar aptos a executar, acompanhar, avaliar e explicar os processos de elaboração e execução do orçamento público, bem como os mecanismos de controle. O objetivo deve ser o de potencializar a eficiência, a eficácia e a efetividade da utilização dos recursos públicos.

Espera-se do servidor público que atue no controle institucional dos recursos públicos uma postura pró-ativa e ética. Ele deve encontrar-se apto a planejar e monitorar as receitas e despesas, identificando-as e classificando-as uniforme e racionalmente, a fim de que seja facilitada a sua compreensão por todos aqueles que precisarem ou se dispuserem a analisar as contas dos governos e a devida aplicação dos recursos públicos.

### *3.1.4. Necessidade de capacitação e treinamento*

São consideradas de grande responsabilidade as atividades desenvolvidas por esses servidores, razão pela qual fundamental se faz a sua formação e capacitação. Tanto cursos privados como as escolas de governo (ESAF – Escola de Administração Fazendária e ENAP – Escola Nacional da Administração Pública, principalmente) oferecem eventos para capacitá-los.

Os conteúdos programáticos dos eventos de capacitação e desenvolvimento voltados para a qualificação dos servidores públicos que exerçam atividades relacionadas à execução orçamentária, financeira e de controle dos recursos públicos, qualquer que seja a sua esfera de atuação – municipal, estadual ou federal, precisam ser constantemente revistos, a fim de que sejam apropriadas as constantes inovações introduzidas na legislação pertinente e nos procedimentos de execução orçamentária.

Gerir recursos públicos não é tarefa para pessoas com pouco preparo. Responsabilidade e transparência são premissas que devem nortear a definição dos programas de capacitação. A aplicação dos recursos públicos, em especial da despesa pública, deve ser apurada e acompanhada por servidor devidamente habilitado.

Por fim, com o objetivo de se comparar a capacitação oferecida aos voluntários dos observatórios sociais com a destinada aos servidores públicos que exercem o controle institucional dos recursos públicos, demonstraram-se os principais eventos de formação, tanto os oferecidos pela iniciativa privada quanto pelas escolas de governo, assim como o conteúdo programático e carga horária necessária a esse tipo de capacitação.

### 3.1.5. Instituições promotoras de cursos específicos para formação

Abaixo, apresentam-se os eventos oferecidos por instituições que capacitam servidores para exercerem o controle institucional dos recursos públicos:

#### a) ESAD (Escola de Administração e Negócios) – instituição privada

EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>a) Procedimentos Operacionais de Controle da Administração Pública</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Apresentar e discutir conceitos metodologias e técnicas de auditoria de natureza operacional capazes de alavancar os resultados obtidos nas ações e nas contratações realizadas pela Administração Pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução da Administração Pública</li> <li>• O papel do Governo</li> <li>• Lei de Responsabilidade Fiscal</li> <li>• Equilíbrio Orçamentário</li> <li>• Controle de Custos</li> <li>• Despesas Públicas</li> <li>• Licitações</li> <li>• Aquisição de Bens</li> <li>• Contratos Administrativos</li> <li>• Controle da Administração Pública (controle interno, controle externo e controle social)</li> <li>• Auditoria e Auditoria de Conformidade</li> </ul>	16h
<p><b>b) Administração Financeira e Orçamento Público</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Proporcionar uma visão integrada do Orçamento Público, a partir do conhecimento das etapas de planejamento e elaboração da proposta orçamentária, bem como da Administração Financeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orçamento Público</li> <li>• Planejamento e Orçamento</li> <li>• Administração Financeira</li> <li>• Gestão Financeira</li> <li>• Receita Pública</li> <li>• Despesa Pública</li> <li>• Despesas de Exercícios Anteriores</li> <li>• Regime Excepcional de Pagamento</li> </ul>	24h

EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>c) Contabilidade Pública</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Apresentar os principais conceitos da contabilidade aplicada ao setor público, das demonstrações contábeis do setor público e recentes atualizações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo Modelo da Contabilidade Pública</li> <li>• Patrimônio Público</li> <li>• Exercício Financeiro e Regimes Contábeis</li> <li>• Sistema Contábil</li> <li>• Receitas Públicas</li> <li>• Despesa Pública</li> <li>• Restos a pagar</li> <li>• Variações Patrimoniais</li> <li>• Plano de Contas do Serviço Público</li> <li>• Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis</li> <li>• Apresentação das Novas Demonstrações Contábeis Introduzidas pelas NBCT 16.6</li> <li>• Controle Interno</li> </ul>	24h
<p><b>d) Elaboração da Proposta Orçamentária – Execução do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Detalhar o processo de planejamento das leis dos orçamentos, destacando-se os princípios orçamentários previstos na Constituição Federal, mas também as inovações trazidas pela Lei de Responsabilidade Federal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento das Leis Orçamentárias</li> <li>• Elaboração do Plano Plurianual - PPA</li> <li>• Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO</li> <li>• Elaboração da Lei Orçamentária – LOA</li> <li>• Execução Orçamentária e Financeira Cumprimento das Metas</li> <li>• Manual da Receita e Despesas Públicas – Portaria Conjunta nº 3 da SOF/STN de 10/2008</li> <li>• Legislação em vigor</li> </ul>	24h
<p><b>e) Integração da Execução Orçamentária, Contábil e Financeira no Serviço Público</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Proporcionar uma visão integrada do processo de execução orçamentária e financeira, enfatizando a consolidação das contas públicas nas três esferas. Dar conhecimento sobre inovações introduzidas nos procedimentos para tornar a execução orçamentária mais eficiente e eficaz.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração Pública</li> <li>• Processo Orçamentário</li> <li>• Orçamento Público</li> <li>• Créditos Orçamentários</li> <li>• Utilização dos Créditos Orçamentários</li> <li>• Controle da Execução Orçamentária</li> <li>• Programação Financeira</li> <li>• Suprimento de Fundos</li> <li>• Plano de Contas</li> <li>• SIAFI</li> <li>• Materiais e Patrimônio</li> <li>• Controle Interno e Externo</li> <li>• Lei de Responsabilidade Fiscal</li> </ul>	24h

EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>f) Encerramento do Exercício</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Dar conhecimento sobre as orientações emanadas dos órgãos de controle (TCU e CGU) e do órgão central de contabilidade para a Tomada de Contas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis de acordo com a Lei nº 4.320/64</li> <li>• Estudos da Norma de Encerramento do Exercício</li> <li>• Análise das Principais Contas do Balanço Patrimonial</li> <li>• Estudo das Normas do TCU IN 47 e Decisão Normativa relativas às Tomadas e Prestações de Contas referentes ao exercício</li> </ul>	24h
<p><b>g) Jornada de Atualização para a Administração Pública</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Discutir temas centrais da Administração Pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração Financeira e Orçamento Público</li> <li>• Compras e Contratações no Serviço Público</li> <li>• Convênios e Prestação de Contas</li> </ul>	24h
<p><b>h) Seminário Licitações, Convênios e Contratos na Administração Pública</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Oferecer aos servidores que atuam na área de compras e contratos uma discussão atualizada sobre o procedimento licitatório, os diversos tipos de contratos e convênios firmados pela Administração Pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais dificuldades para a realização dos procedimentos licitatórios</li> <li>• Composição de custos e exequibilidade das propostas de preços</li> <li>• Instrumentos legais de correção do desequilíbrio nos diversos tipos de contratos</li> <li>• As novidades trazidas pelas recentes mudanças da legislação relacionada aos procedimentos licitatórios</li> <li>• Nova legislação sobre convênios e procedimentos introduzidos pelos SICONV e SICONVII</li> <li>• Licitações Sustentáveis</li> </ul>	16h

**Quadro 3.1 – Conteúdo programático da ESAD**

Fonte: ESAD (2011)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> [www.esadcursos.com.br](http://www.esadcursos.com.br)

**b) ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) – instituição pública**

EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>a) Orçamento Público: elaboração e execução</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Explicar os processos de elaboração e execução do orçamento público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos e marcos legais do orçamento público;</li> <li>• Enfoque fiscal dos orçamentos e enfoque programático da despesa;</li> <li>• Elaboração orçamentária</li> <li>• Classificações orçamentárias;</li> <li>• Execução orçamentária.</li> </ul>	35h
<p><b>b) Programa de Capacitação da Gestão da Logística Pública</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Oferecer aos servidores que atuam na área de suprimentos a oportunidade de refletir sobre a gestão da logística pública e suas relações com as macro-funções da organização. Conhecer e aplicar instrumentos que potencializem a eficiência, eficácia e efetividade dos processos de trabalho na área de logística do setor público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento e Logística de Suprimentos;</li> <li>• Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos;</li> <li>• Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público;</li> <li>• Sistemas Eletrônicos de Compras;</li> <li>• Pregão Eletrônico;</li> <li>• Registro de Preços;</li> <li>• Gestão de Contratos de Serviços e de Suprimentos.</li> </ul>	200h
<p><b>c) Planejamento e Logística de Suprimentos</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Identificar as principais tendências e desafios atuais na gestão da logística pública. Conhecer métodos e técnicas de planejamento aplicadas à gestão da logística de suprimentos. Identificar e perceber a relevância das interações entre os processos de aquisição e o planejamento da organização. Compreender a relevância e implicações do mercado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos;</li> <li>• Custos e Logística;</li> <li>• Estoques;</li> <li>• Armazenagem;</li> <li>• Planejamento Logístico;</li> <li>• Distribuição Física e Gestão de Materiais;</li> <li>• Suprimentos.</li> </ul>	24h
<p><b>d) Gestão de Materiais</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Reconhecer a importância da gestão de materiais na cadeia de suprimentos. Conhecer o processo de gestão do material de acordo com a perspectiva sistêmica da organização. Conhecer métodos e aplicar técnicas que subsidiem ações de planejamento, organização, gerenciamento e monitoramento dos estoques.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração de estoques;</li> <li>• Sistemas de estocagem;</li> <li>• Sistema de planejamento de estoques;</li> <li>• Níveis de estoque;</li> <li>• Lote econômico de compra, de produção, econômico e inflação;</li> <li>• Avaliação de estoque;</li> <li>• Armazenamento de materiais.</li> </ul>	16h
<p><b>e) Gestão de Contratos de Serviços</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Atribuições do gestor de contrato. Planejamento e monitoramento das despesas referentes ao contrato. Informações gerenciais. Etapas do processo de contratação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato: conceito e categorização;</li> <li>• Contrato de prestação de serviços;</li> <li>• Execução dos contratos;</li> <li>• Controle e fiscalização;</li> <li>• Duração e prorrogação de contratos;</li> <li>• Recebimento do objeto;</li> <li>• Sanções administrativas, penais e civis;</li> <li>• Ocorrência de fato alheio ao contrato;</li> <li>• Razões de interesse público;</li> <li>• Nulidade.</li> </ul>	24h



EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>f) Gestão de Contratos de Suprimentos</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Conhecer a estrutura e os termos do contrato na área de suprimentos. Planejar e monitorar as despesas referentes a contratos. Monitorar os contratos. Coletar e fornecer informações gerenciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios: etapas da contratação;</li> <li>• Termos de referência, editais e contratos;</li> <li>• Contratos e aditivos;</li> <li>• Execução do contrato;</li> <li>• Planejamento e monitoramento das despesas referentes aos contratos;</li> <li>• Coleta de informações gerenciais;</li> <li>• Subsídios para as áreas envolvidas.</li> </ul>	24h
<p><b>g) Registro de Preços</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Conhecer os procedimentos essenciais do sistema de registro de preços. Reduzir o número de licitações. Aprimorar o gerenciamento de estoques e almoxarifado virtual.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Registro de Preços;</li> <li>• Redução do número de processos de licitações;</li> <li>• Gerenciamento de estoques e almoxarifado virtual;</li> <li>• Operacionalização do Sistema de Registro de Preços no Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais (Siasg).</li> </ul>	16h
<p><b>h) Sistemas Eletrônicos de Compras</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Definir os sistemas eletrônicos de compras. Compreender a estrutura e o funcionamento de um sistema eletrônico de compras. Identificar as principais formas de transações eletrônicas. Conhecer a estrutura, o funcionamento do Comprasnet, os fundamentos e aplicação da cotação eletrônica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas eletrônicos de compras;</li> <li>• Estrutura e funcionamento de um sistema eletrônico de compras;</li> <li>• Principais formas de transações eletrônicas;</li> <li>• Impactos e vantagens dos sistemas eletrônicos nos processos de compras governamentais;</li> <li>• Estrutura e funcionamento do Comprasnet;</li> <li>• Aplicação da cotação eletrônica.</li> </ul>	16h
<p><b>i) Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos – Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Adotar de forma adequada as normas e regras dos processos de aquisição no setor público, a partir da reflexão crítica da legislação de suprimentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspectos conceituais da lei: finalidade, importância e hierarquia da lei;</li> <li>• Noções gerais da lei de licitações – Lei nº 8.666/93;</li> <li>• Tipos e modalidades de licitação;</li> <li>• Dispensa e Inexigibilidade;</li> <li>• Regime de Execução Indireta;</li> <li>• Comissão de Licitação;</li> <li>• Etapas do processo licitatório;</li> <li>• Pregão e Registro de Preços.</li> </ul>	30h

**Quadro 3.2 – Conteúdo programático da ENAP**

Fonte: ENAP (2011)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> [www.enap.planejamento.gov.br](http://www.enap.planejamento.gov.br)

**C) ESAF- (Escola de Administração Fazendária) – instituição pública**

EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>a) Semana Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Disseminar boas práticas relacionadas aos processos e atividades que integram o ciclo de gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Plurianual (PPA);</li> <li>• Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);</li> <li>• Lei Orçamentária Anual (LOA);</li> <li>• Licitações;</li> <li>• Alterações à Lei de Licitações – Projeto de Lei nº7709/2007</li> <li>• Pregão;</li> <li>• Contratos Administrativos;</li> <li>• Convênios e legislação;</li> <li>• Contabilidade Pública Básica.</li> </ul>	40h
<p><b>b) Execução Orçamentária e Financeira via SIAFI – Módulo Operacional</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Preparar os servidores para a execução de atividades de gestão orçamentária e financeira por meio do SIAFI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Classificações orçamentárias das receitas e das despesas públicas;</li> <li>• Plano Plurianual (PPA);</li> <li>• Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);</li> <li>• Lei Orçamentária Anual (LOA);</li> <li>• Sistemas do Governo Federal;</li> <li>• Estrutura da Administração Orçamentária e Financeira no SIAFI;</li> <li>• Orçamento Federal no SIAFI;</li> <li>• Módulo Operacional.</li> </ul>	40h
<p><b>c) Execução Orçamentária e Financeira via SIAFI – Módulo Gerencial</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Capacitar os servidores para utilização das ferramentas gerenciais disponíveis no sistema SIAFI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Classificações orçamentárias das receitas e das despesas públicas;</li> <li>• Plano Plurianual (PPA);</li> <li>• Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);</li> <li>• Lei Orçamentária Anual (LOA);</li> <li>• Sistemas do Governo Federal;</li> <li>• Estrutura da Administração Orçamentária e Financeira no SIAFI;</li> <li>• Orçamento Federal no SIAFI;</li> <li>• Módulo gerencial.</li> </ul>	40h
<p><b>d) Gestão Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas para Municípios</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Realizar a capacitação de servidores públicos municipais nas áreas de planejamento, gestão orçamentária e financeira, contratações públicas, contabilidade pública, lei de responsabilidade fiscal e controle governamental, tornando-os aptos a organizar, planejar e executar atividades típicas da administração pública municipal de modo eficaz.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);</li> <li>• Programação Financeira;</li> <li>• Cronograma mensal de desembolso;</li> <li>• Transparência na Gestão Fiscal;</li> <li>• Elaboração do Demonstrativo da Educação (Anexo X do RREO);</li> <li>• Elaboração do Demonstrativo da Saúde (Anexo XVI do RREO);</li> <li>• Controle Interno;</li> <li>• Sistema de Informações Municipais SIM - AM.</li> </ul>	40h

EVENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>e) Gestão de Finanças Públicas Municipais – Projeto Brasil Municípios</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Potencializar a capacidade gerencial e técnica dos servidores municipais (gestores e tomadores de decisão) visando à tomada de decisão com base na análise de relatórios de gestão orçamentária e financeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);</li> <li>• Programação Financeira;</li> <li>• Cronograma mensal de desembolso;</li> <li>• Transparência na Gestão Fiscal;</li> <li>• Elaboração do Demonstrativo da Educação (Anexo X do RREO);</li> <li>• Elaboração do Demonstrativo da Saúde (Anexo XVI do RREO);</li> <li>• Controle Interno;</li> <li>• Sistema de Informações Municipais SIM - AM.</li> </ul>	40h
<p><b>f) Semana Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas para Estados e Municípios</b></p> <p><b>Objetivo</b> – Disseminar boas práticas relacionadas aos processos e atividades que integram o ciclo de gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);</li> <li>• Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso;</li> <li>• Transparência na Gestão Fiscal;</li> <li>• Elaboração do Demonstrativo da Educação (Anexo X do RREO);</li> <li>• Elaboração do Demonstrativo da Saúde (Anexo XVI do RREO);</li> <li>• Controle Interno;</li> <li>• Sistema de Informações Municipais SIM - AM.</li> </ul>	40h

### Quadro 3.3 – Conteúdo programático da ESAF

Fonte: ESAF (2011)<sup>6</sup>

Abaixo, segue quadro sinóptico contendo número de eventos oferecidos pelas três instituições e a carga horária necessária à realização desses eventos:

Instituição	Quantidade de Eventos	Carga Horária Total (h)
ESAD	08	176
ESAF	06	329
ENAP	06	240

### Quadro 3.4 – Resumo da carga horária total dos cursos ofertados

Fonte: dados da pesquisa

<sup>6</sup> [www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)

## 3.2. Capacitação Atualmente Oferecida aos Voluntários dos Observatórios Sociais

### 3.2.1 Observatório Social do Brasil

O principal papel exercido por esta organização, o Observatório Social do Brasil, atual gestor da rede de Observatórios Sociais, é o de auxiliar os municípios que se interessam em implantar o seu próprio observatório social a desenvolver uma metodologia capaz de sintetizar e orientar o trabalho local no controle dos gastos públicos. Trata-se, assim, de fornecer uma *expertise* metodológica de gestão na implantação de um observatório (OSB, 2010).

Abaixo, estão elencados os principais objetivos do Observatório Social do Brasil, conforme disposto no sítio:

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS

- I. Possibilitar o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme assegurado pelo Art. 1º da Constituição Federal de 1988: "todo poder emana do povo".
- II. Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados às áreas de interesse do OSB, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades.
- III. Incentivar e promover eventos artísticos e culturais que possam contribuir para a criação da cultura da cidadania fiscal e popularização das ferramentas de participação dos cidadãos na avaliação e monitoramento da gestão dos recursos públicos.
- IV. Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no Art. 5º, incisos XIV e XXXIV; no Art. 37, § 3º da Constituição Federal de 1988.
- V. Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social.
- VI. Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção.
- VII. Realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresarias de interesse da comunidade.
- VIII. Criar, manter e disseminar metodologia apropriada e as respectivas ferramentas de trabalho, como o Observatório Social, que organizem e facilitem o cumprimento dos objetivos do OSB.
- IX. Implantar o processo de filiação de organizações que formarão a rede de ação do movimento nacional pela cidadania fiscal.
- X. Instituir um sistema de certificação das organizações que formam a rede de ação do movimento pela cidadania fiscal e que reproduzem, nas suas localidades, as ferramentas de trabalho criadas e oferecidas pelo OSB, em regime de concessão, para o cumprimento dos objetivos.

XI. Apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos, atividades, estudos, que contemplem a promoção de mudanças fundamentais e essenciais no processo de gestão dos recursos públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, recursos humanos, licitações, gastos do poder legislativo e assistência social (OSB. 2010).<sup>7</sup>

O Observatório Social do Brasil tem ainda os seguintes objetivos específicos:

- I – Identificar municípios que têm potencial interesse na instalação de Observatórios Sociais;
- II – Capacitar a equipe técnica e fornecer suporte à gestão dos Observatórios locais;
- III – Monitorar as ações dos Observatórios locais e emitir certificado de validação (OSB, 2010).<sup>8</sup>

### 3.2.2. Principais programas desenvolvidos

Os programas e subprogramas específicos de suporte às atividades desenvolvidas nos demais observatórios sociais versam sobre questões de gestão, monitoramento, medição e controle da qualidade dos observatórios, como abaixo exemplificado:

1. PSS – Programa de Sensibilização Social – Palestra de sensibilização das organizações sociais para a criação de organismo capaz de acompanhar a gestão pública;
2. PIOS – Programa de Incentivo à Organização Social – Capacita a equipe técnica e fornece suporte à gestão dos Observatórios locais;
3. PSGB – Programa de Sustentabilidade da Gestão Pública – Desenvolve e disponibiliza indicadores e metodologia para a gestão dos processos da gestão pública;
4. PAS – Programa de Avaliação Social – Monitora as ações dos Observatórios locais e emite certificado anual de validação;
5. PATS – Programa de Assistência em Tecnologia – Oferece soluções em software e assistência à distância para a padronização das organizações e dos processos;
6. PEF – Oferece metodologia para ações integradas de educação fiscal via escolas e organizações afins;
7. PCCF – Programa de Capacitação dos Conselhos Fiscais – Capacita e orienta as ações dos conselhos municipais, através de metodologia e indicadores para a implantação de políticas públicas;
8. PPC – Programa de Prestação de Contas – Oferece metodologia e treinamento para a apresentação da prestação de contas dos OS e mecanismos para avaliar as prestações de contas dos agentes públicos;

<sup>7</sup> [www.observatoriosocialdobrasil.org.br](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br), acesso em 01/12/2010.

<sup>8</sup> [www.observatoriosocialdobrasil.org.br](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br), acesso em 01/12/2010.

9. PGTH – Programa de Gestão de Talentos Humanos – Oferece indicadores para a análise dos talentos humanos empregados na gestão pública;
10. PML – Programa de Monitoramento Legislativo – Capacita os OS para o efetivo acompanhamento e avaliação da produção legislativa municipal;
11. PMJ – Programa de Monitoramento Judiciário – Capacita os OS para o efetivo acompanhamento dos processos judiciais contra os agentes públicos e órgãos públicos;
12. PCE – Programa de Capacitação das MPEs – Capacita e orienta as micro e pequenas empresas para a efetiva participação nas licitações (OSB, 2010).<sup>9</sup>

Ainda como exemplo de outros Programas oferecidos pelo Observatório Social do Brasil, pode-se citar o Programa de Qualidade na Aplicação dos Recursos Públicos, que se desdobra em três blocos, a saber:

Poder Executivo

- 1 – Monitoramento Sistemático das Licitações Municipais;
- 2 – Monitoramento Sistemático dos Recursos Humanos;
- 3 – Monitoramento Sistemático das Receitas do Município.

Poder Legislativo

- 1 – Monitoramento Sistemático das Licitações Municipais;
- 2 – Monitoramento Sistemático dos Recursos Humanos;
- 3 – Monitoramento Sistemático das Diárias do Poder Legislativo.

Poder Judiciário

- 1 – Monitoramento Sistemático dos Processos Judiciais abertos contra Gestores de Recursos Públicos;
- 2 – Monitoramento Sistemático dos Processos Judiciais abertos contra Órgãos Públicos (OSB, 2010).<sup>10</sup>

Face aos programas oferecidos pelo Observatório Social do Brasil (OSB), constata-se que o norte principal proposto é o de instrumentalização para aferição da *performance* e gestão dos observatórios. Percebe-se a ausência de um programa de capacitação e desenvolvimento previamente estabelecido que instrua os voluntários a respeito dos fundamentos conceituais básicos e elementares sobre a administração pública. As pessoas que se dispõem a mensurar as ações governamentais se habilitam apenas a quantificar e medir, por meio de indicadores elaborados pelo próprio OSB, as ações públicas adotadas em seus municípios (OSB, 2010).

<sup>9</sup> [www.observatoriosocialdobrasil.org.br](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br), acesso em 01/12/2010.

<sup>10</sup> [www.observatoriosocialdobrasil.org.br](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br), acesso em 01/12/2010.

A preocupação com a quantificação e o monitoramento das ações exercidas pelos gestores públicos torna-se o principal instrumento dirigido aos voluntários dos observatórios para que exerçam o controle social. A complexidade que envolve cada um dos assuntos não é tratada em eventos para capacitá-los, a fim de melhor compreenderem o funcionamento da máquina pública. Os voluntários recebem informações sobre como devem medir as ações governamentais, sem obter informações elementares básicas e conceituais sobre os assuntos que se dispõem a mensurar.

Diante do exposto e aferição da necessidade de capacitação desses voluntários é que se aventou a possibilidade de realizar um estudo mais aprofundado dessas necessidades e, a partir dessa realidade, buscou-se prospectar dados para fundamentar a pesquisa de levantamento da necessidade de realizar curso de formação para os voluntários do OSB por meio de pesquisa direcionada e como esse processo foi realizado dentro dos fundamentos que norteiam pesquisas e esse será descrito no capítulo seguinte.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. Análise da Capacitação Considerada Necessária aos Voluntários Sociais

A conquista de uma maior participação em espaços no qual possa ser exercida a cidadania ativa requer um olhar diferenciado sobre esses cidadãos que se habilitam para lá exercerem o controle social dos recursos em seus municípios.

Quanto mais formação e capacitação tiverem para exercer este direito-dever, maiores qualidade e governança democrática ficarão evidenciadas no controle dos recursos públicos e mais acertadamente tais recursos serão mais bem aplicados e controlados em prol da população local.

A atual Constituição brasileira estabeleceu mecanismos que permitem à sociedade civil ficar mais próxima das ações do poder público. Maior eficiência, eficácia e efetividade são exigidas às decisões que afetam a todos. Por isso, educar para a cidadania deve significar qualificar de forma mais técnica e política o cidadão, aprimorando o seu senso crítico e dando maior consistência à sua participação. Coadunando com essa ideia exposta, a Tese 01, apresentada na Confederação Nacional da Educação - CONAE, ocorrida em abril de 2010, exorta que:

A décima economia do mundo tem que avançar muito na cultura e educação para realizar as transformações que o País necessita. [...] A solução tem que perpassar pela construção de uma sociedade crítica que provoque as mudanças necessárias. Portanto o caminho para o avanço social no País envolve a formação de cidadãos participativos e conscientes de seus direitos e deveres. [...] É urgente que todo brasileiro conheça de maneira clara e objetiva a estrutura de Estado escolhida em nosso País e comece a desempenhar seu papel de cidadão para com esta. (Tese 01 – apresentada ao GEFE/SP – Grupo de Educação Fiscal Estadual de São Paulo, durante a etapa municipal na cidade de São Sebastião/SP, para ser defendida na CONAE – Confederação Nacional de Educação, ocorrida em abril/2010 – Inserção da Educação Fiscal para a Cidadania na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na grade dos cursos de licenciatura).

Entender o conceito de Estado, como este se forma, sua concepção, sua missão, competências, fontes de recursos, orçamento, gestão financeira, destinação das finanças públicas, controle social, ética, cidadania, entre outros temas, precisam de uma melhor compreensão por todo brasileiro e, em especial, por aqueles que se habilitam a exercer o monitoramento dos gastos públicos.



Os voluntários dos observatórios sociais, mais do que conceitos teóricos, precisam também se envolver com a prática do dia a dia da administração pública.

Um programa de capacitação desenvolvido para eles precisa promover a reflexão sobre as práticas administrativas necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação Estado e cidadão, contribuindo para aperfeiçoar a conduta ética na administração pública e na sociedade.

A juventude da prática democrática participativa aponta para o longo caminho a ser percorrido para consubstanciar o novo formato de fazer política, para partilhar a circulação de informações entre a sociedade civil e a esfera estatal e, nesse sentido, cabe reconhecer o peso específico que a história desempenha no delineamento e consolidação da democracia, e entender que progressivamente os atores diversos enfrentam uma luta cotidiana para influenciar nas decisões de interesse coletivo (SANTOS Jr., RIBEIRO e AZEVEDO, 2004, p.124).

#### **4.2. Amostra de Participantes do Estudo**

No Seminário de Educação Fiscal e Cidadania, ocorrido em setembro de 2010, no município de Maringá/PR, onde se encontraram presentes a totalidade dos observatórios sociais formalmente constituídos até setembro de 2010 (52 observatórios sociais) foram contatados dezesseis observatórios para fins de aplicação do questionário formulado para este trabalho – Observatórios Sociais de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Campo Mourão, Cascavel, Foz de Iguaçu, Mandaguari, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Toledo e Umuarama, no Paraná; Ilha Solteira, em São Paulo; Cabo Frio e Rio das Ostras, no Rio de Janeiro; Rondonópolis, no Mato Grosso; e Rolim de Moura, em Rondônia.

O intuito foi o de identificar qual o tipo de capacitação que os voluntários dos observatórios sociais se submetem para exercerem o controle social em seus municípios e se esta capacitação os habilita para tal fim.

Dos dezesseis observatórios contatados, quatro atenderam à demanda:

- ✓ Observatório Social de Maringá/PR,
- ✓ Observatório Social de Mandaguari/PR,
- ✓ Observatório Social de Cabo Frio/RJ e;
- ✓ Observatório Social de Marechal Cândido Rondon/PR.

### 4.3. Tipo de Pesquisa

Segundo Creswell (2003 apud GÜNTHER, 2006, p. 204) a pesquisa quantitativa enfatiza a mensuração e a análise de relações causais entre variáveis. A pesquisa mista foi utilizada neste trabalho e aplicada num universo de 21 participantes, pois a ideia é mensurar as dificuldades encontradas pelo voluntário participante de um observatório social. E para melhor compreensão sobre o tipo de pesquisa adotada neste trabalho, serão apresentados os tipos de pesquisa de acordo com Denzin e Lincoln (1994 apud GÜNTHER, 2006, p. 204), que dizem:

a **pesquisa qualitativa** - busca respostas para perguntas que destacam o modo como a experiência social é criada e como se atribui significado a essa experiência;

a **pesquisa quantitativa** - enfatiza a mensuração e a análise de relações causais entre variáveis.

Creswell (2003) observa que “a pesquisa quantitativa durante anos esteve disponível para o cientista social, já a pesquisa qualitativa emergiu nas últimas três ou quatro décadas.”

O autor acrescenta ainda outro tipo de pesquisa: método misto, que representa a combinação entre abordagens qualitativas e quantitativas; essa nova abordagem ainda está se consolidando.

De acordo com a análise do autor, o método da pesquisa adotado foi misto, embora a predominância seja da pesquisa quantitativa, via método descritivo que evidencia a análise em regressão de dados, ou seja, partindo de elementos macros, que sendo refinados, chegam a uma conclusão favorável ou não. Esta opção baseou-se nas afirmações de Van Dalen e Meyer (1978 apud RUDIO, 1986), onde afirmam que “o trabalho de pesquisa não é de natureza mecânica, mas requer imaginação criadora e iniciativa individual.” E acrescentam que a pesquisa não é uma atividade feita ao acaso, porque todo o trabalho criativo pede o emprego de procedimentos e disciplinas determinadas. (RUDIO, 1986, p. 16)

É uma pesquisa explicativa quando se encontra fundamento no que diz Reis (2008, p. 57) quando esta afirma “ter como objetivo identificar os fatores que contribuem para que os fenômenos ocorram; se desenvolve e explica a razão destes e identifica os fatores determinantes.”

E dentro desses entendimentos, foi o que fundamentou a busca dos dados por meio da elaboração de um questionário

#### 4.4. Instrumento

Para a validação de um trabalho científico é preciso que haja um sólido alicerce que sustente sua tese e não apenas a opinião de seu autor. A reunião das opiniões dos que compõem a comunidade do tema a ser trabalhado, faz-se necessária para que se possa provar ou não uma determinada problemática.

Segundo observado em Carvalho (2009, p. 35), quando exorta que “Entrevista e questionário são técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais, permitindo identificar variáveis e suas relações, comprovar hipóteses, orientar outras fases da pesquisa e coleta de dados”, nessa visão, são fases que permitem delimitar o campo de observação para uma pesquisa preliminar. No presente trabalho, o questionário foi entregue aos presidentes dos observatórios sociais que, em seguida, distribuiu aos voluntários de cada observatório, estipulando um prazo para a devolução eletrônica. Cada um dos observatórios que atendeu à demanda devolveu os questionários eletronicamente.

Sendo assim, foi elaborado um questionário com duas abordagens: na primeira parte, procurou-se levantar o perfil sócio-demográfico dos entrevistados. Esta primeira etapa foi distribuída em quatro perguntas acerca do sexo, faixa etária, estado civil e escolaridade.

Na segunda parte, a qual constituiu-se do objeto da pesquisa propriamente dita, foram elaboradas oito questões, de modo que procurou-se aferir as impressões e necessidades dos respondentes em relação ao tema proposto. Todas as questões foram fechadas e orientadas para o foco da pesquisa.

De acordo com Triviños (1987, apud CARVALHO, p. 35), esse define:

[...] entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador.

E nesse entendimento, buscou-se levantar os dados, que após analisados por meio de amostragem em gráficos e tabelas pode-se mensurar e compilar os dados aferidos, garantindo assim, a fidedignidade dos resultados obtidos para se dar

uma visão real e voltada à realidade da situação proposta. Esses resultados encontram-se no próximo capítulo, o qual será demonstrado as análises necessárias.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Abaixo, segue a pesquisa aplicada aos quatro observatórios anteriormente mencionados, o perfil sócio-demográfico dos voluntários e as principais respostas ao questionário

### 5.1. Primeira Etapa da Pesquisa - Perfil Sócio-demográfico – Questões fechadas

Total de entrevistados – 21 (vinte e um)

#### 5.1.1. Sexo

Masculino	15
Feminino	06

**Quadro 5.4 – Gênero dos participantes**

Fonte: dados da pesquisa

Nessa análise, o sexo masculino prevaleceu sobre o número de entrevistados.

#### 5.1.2. Faixa etária

18 a 30	05
31 a 40	02
41 a 50	04
51 a 60	04
61 a 70	03
Mais de 71	03

**Quadro 5.5 – Idade dos participantes**

Fonte: dados da pesquisa

Na análise do quadro acima, pôde-se observar o quantitativo maior de respondentes na faixa que compreende 18 a 30 anos de idade.

#### 5.1.3. Estado civil

Solteiro	06
Casado	11
Divorciado	02
Viúvo	01
Outros	01

**Quadro 5.6 – Estado civil dos participantes**

Fonte: dados da pesquisa

Na análise realizada sobre o estado civil dos entrevistados, houve maior prevalência aos que tinham a condição de casados.

#### 5.1.4. Escolaridade

Ensino fundamental	-
Ensino médio	-
Superior incompleto	07
Superior completo	05
Pós-graduação	09

**Quadro 5.7 – Escolaridade dos participantes**

Fonte: dados da pesquisa

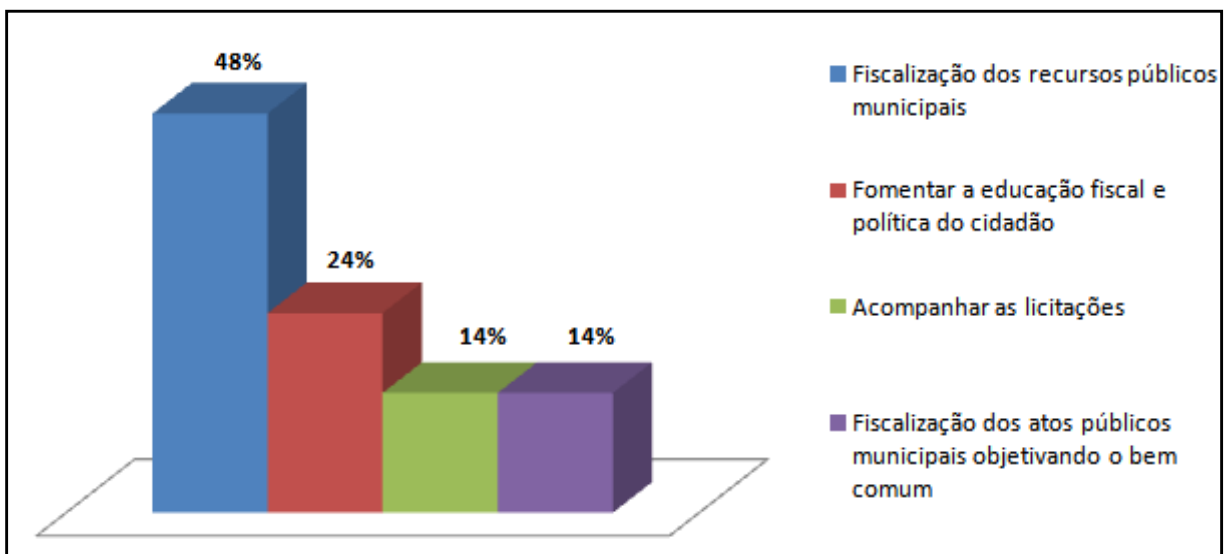
Em relação ao grau de instrução, o maior índice observado ocorreu no quesito de pós-graduados, havendo ainda o levantamento em qual área esses participantes possuíam o grau e extraiu-se a informação de que as habilitações se referiam às áreas de Ciências Sociais; Geografia; Física; Direito Tributário; Administração; Direito Público; Matemática; Auditoria e Auditoria Financeira.

## 5.2. Segunda Etapa da Pesquisa – Questões fechadas

Nesta etapa, como já explicado no item sobre o instrumento, passou a serem investigados os assuntos pertinentes à pesquisa, e para melhor visualização os dados foram compilados e dimensionados em porcentagem para uma maior compreensão.

### 5.2.1. Questão fechadas – segunda parte da pesquisa

- Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

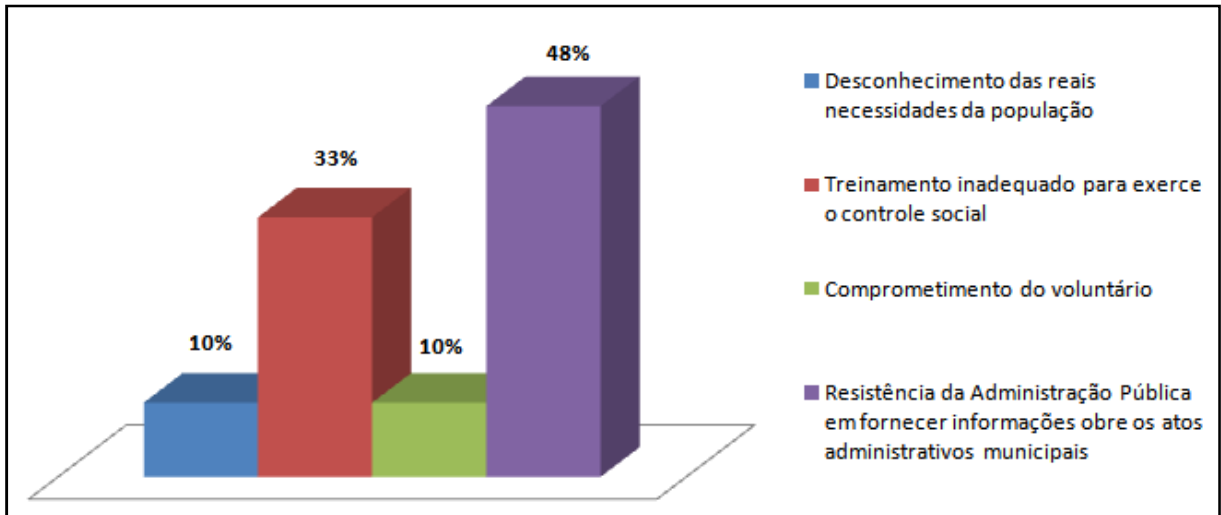


**Gráfico 5.1 – Questão 1- abordagem sobre o entendimento do papel a ser exercido pelo voluntário que atue em um observatório**

Fonte: dados da pesquisa

A grande maioria dos entrevistados entende que o principal papel a ser exercido por um voluntário do observatório social é o de fiscalização dos recursos públicos, seguido do fomento da educação fiscal e política do cidadão.

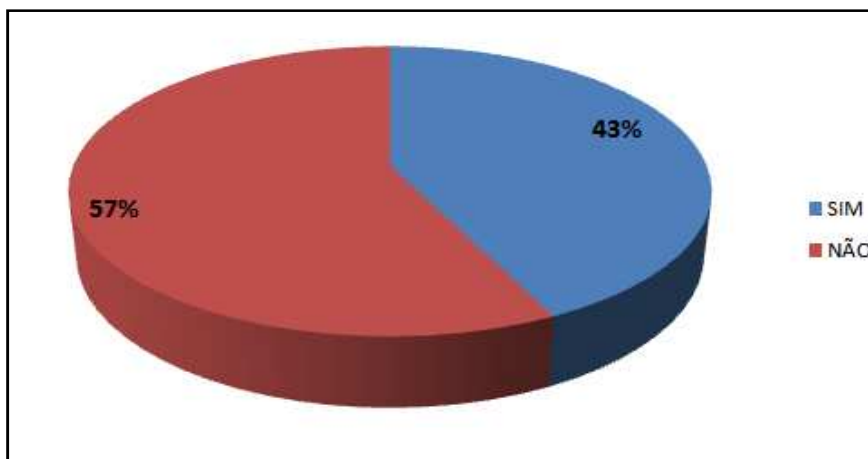
- Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?



**Gráfico 5.2 – Questão 2- abordagem sobre as dificuldades encontradas pelo voluntário para atuar no controle social**

Fonte: dados da pesquisa

- Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?



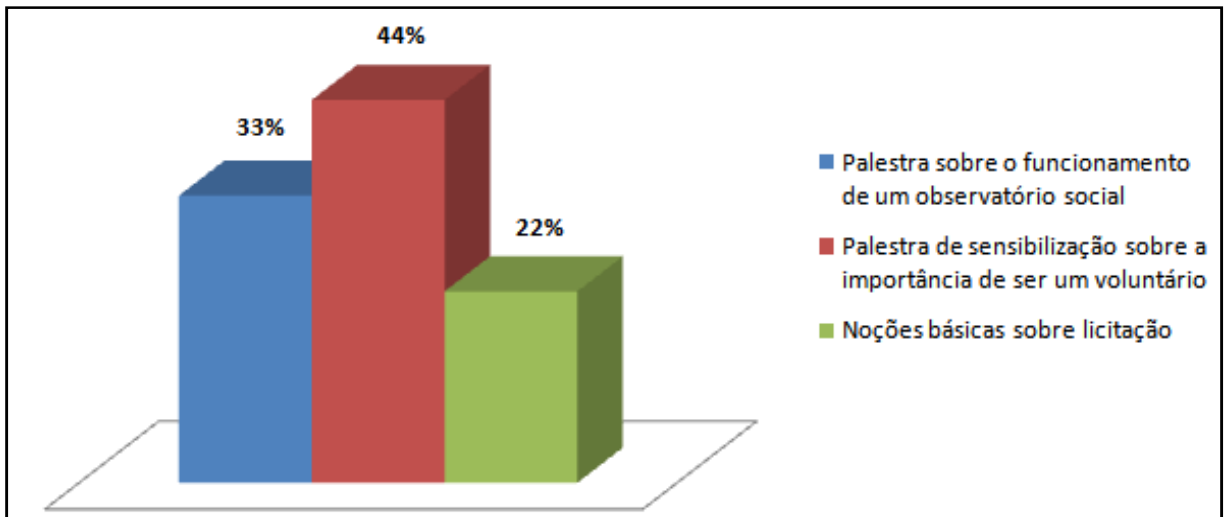
**Gráfico 5.3 – Questão 3- abordagem sobre participação em treinamento**

Fonte: dados da pesquisa

Depreendeu-se do demonstrado no gráfico que a maioria dos entrevistados respondeu não ter recebido nenhum tipo de capacitação ou treinamento para a atuação como voluntário.



- Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação?

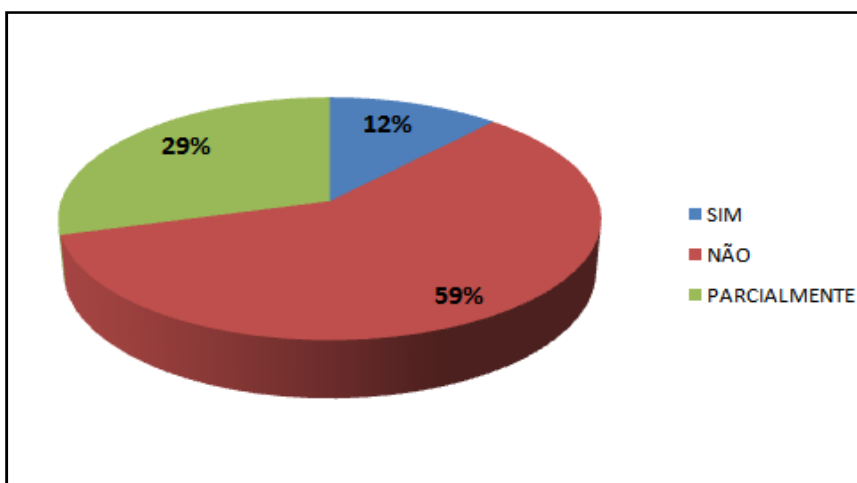


**Gráfico 5.4 – Questão 4 - abordagem sobre o tipo de treinamento**

Fonte: dados da pesquisa

Nessa questão, e de acordo com a análise do gráfico, prevaleceu o quesito sobre palestra de sensibilização como forma de treinamento obtido para assumir o posto de voluntário e por ter sido uma palestra efetivamente não se pode considerar um treinamento baseado em fundamentação curricular.

- Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

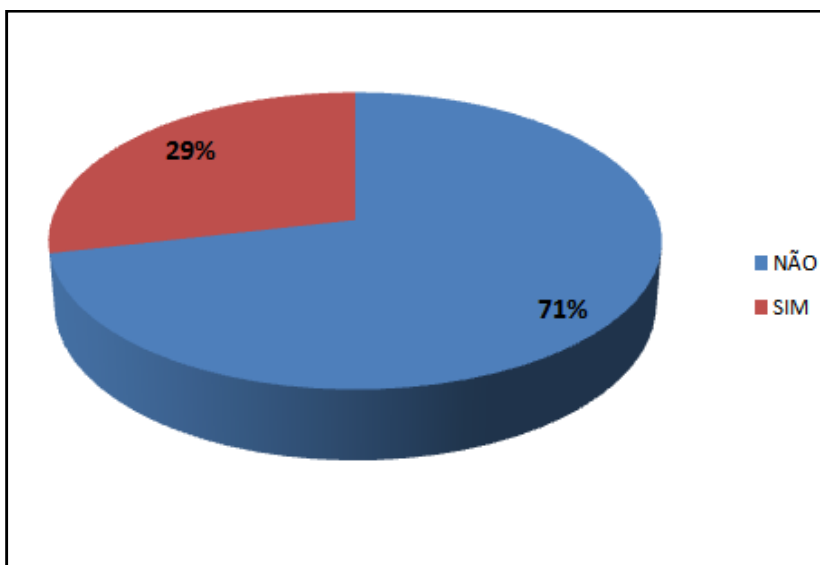


**Gráfico 5.5 – Questão 5 - abordagem auto-avaliativa do treinamento**

Fonte: dados da pesquisa

Analisando o percentual aferido de 59% dos respondentes quando questionados sobre terem tido algum tipo de capacitação antes de iniciar as atividades como voluntários, esses afirmaram que não se encontravam devidamente habilitados para exercerem o controle dos gastos municipais.

- Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

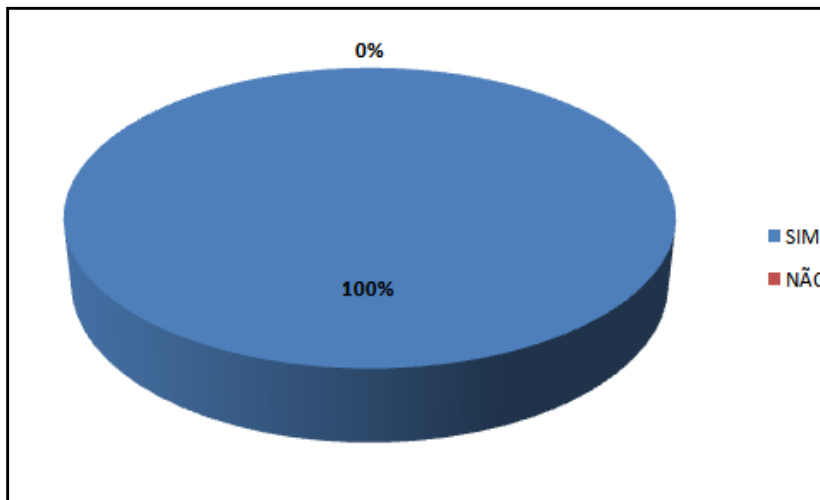


**Gráfico 5.6 – Questão 6 - abordagem sobre a aprendizagem no treinamento**

Fonte: dados da pesquisa

Conforme depreendido do resultado apontado, portanto, a maioria, representando 71% dos partícipes, a capacitação necessária ao desempenho da atividade dos voluntários é considerada insatisfatória pelos próprios integrantes dos observatórios sociais. Os voluntários não se sentem suficientemente capacitados para exercerem os seus papéis de controlarem os gastos públicos em seus municípios.

- Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

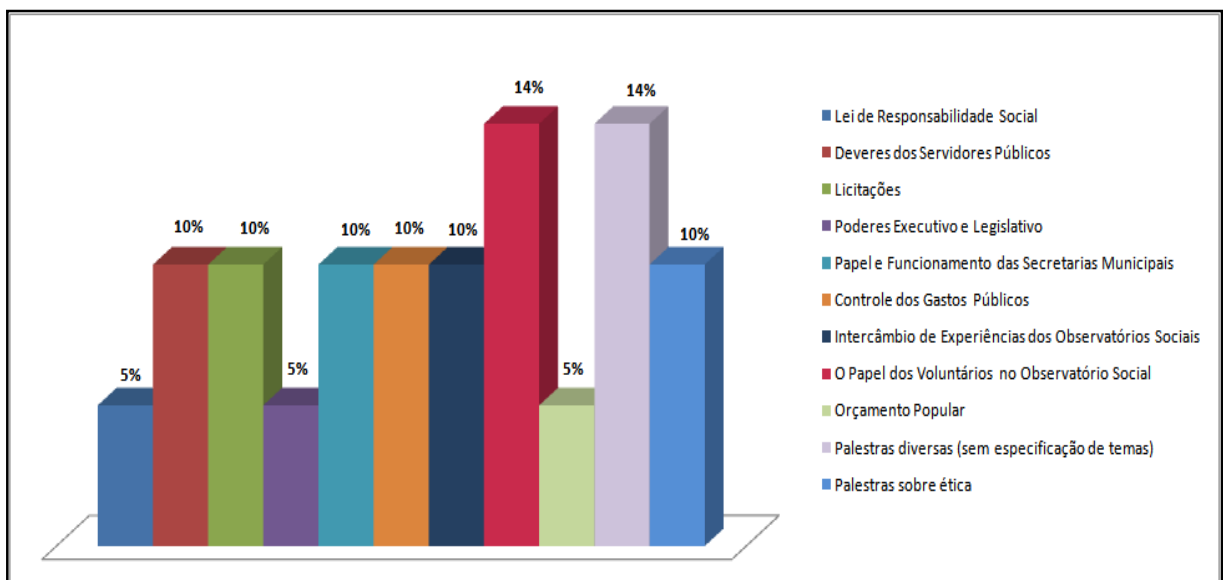


**Gráfico 5.7 – Questão 7 - abordagem sobre necessidade de aprofundar os estudos**

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os resultados obtidos, a totalidade dos entrevistados, também fica demonstrada que sentem necessidade de se aprofundar mais nos temas que os habilitariam a exercer este controle.

- Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?



**Gráfico 5.8 – Questão 8 - abordagem sobre outros tipos de treinamentos**

Fonte: dados da pesquisa

Nessa questão, foi indagado aos voluntários que outros eventos poderiam completar a sua formação. Percebe-se que há uma predominância de sugestões por eventos de caráter técnico, palestras diversas, como o papel do voluntário no observatório social, a Lei de Responsabilidade Social ou a aquisição de conhecimento sobre licitações. Porém também houve manifestações em prol de eventos comportamentais, como sugestões de palestras sobre ética e sobre o efetivo papel a ser desempenhado pelos voluntários, objetivando a amplitude de atuação para coibir atos julgados arcaicos, de corrupção ou apadrinhamentos quando detectados pelos observadores.

### **5.3. Discussão dos Resultados Obtidos na pesquisa**

#### *5.3.1. Comparação entre os tipos de capacitação ofertada a servidores e a de voluntários*

Fazendo-se uma comparação entre os processos de capacitação a que são submetidos os servidores que exercem o controle institucional dos recursos públicos com a capacitação oferecida aos voluntários dos observatórios sociais, percebe-se que aos servidores públicos são ofertados eventos fortemente voltados aos conceitos basilares que fundamentam a administração pública, como explicitado no capítulo 3 deste trabalho.

Em tais eventos, são abordados temas como conceito e razão de existir do Estado; o papel do governo; o controle dos gastos públicos; o acompanhamento das despesas públicas; as formas de o Estado adquirir recursos públicos; como a Administração deve contratar, adquirir bens e serviços e firmar convênios; como estabelecer, gerir e acompanhar os contratos administrativos; como administrar todo o processo orçamentário; como controlar a execução orçamentária; como alavancar resultados; e, por fim, como prestar contas aos controles interno, externo e social.

Depreende-se que, em média, e com base nos quadros apresentados no supracitado capítulo, são investidas cerca de duzentas e cinquenta horas em capacitação para o servidor público exercer o controle institucional dos recursos públicos. Objetiva-se com tais eventos, o desenvolvimento de aptidões para a

compreensão da necessidade da existência do Estado, como este se forma, quais devem ser as suas competências, a forma de adquirir, gerir e controlar recursos públicos, com o propósito de promover o bem comum para a população.

Já a capacitação oferecida aos voluntários dos observatórios sociais, essa está fortemente voltada aos aspectos de gestão dessas organizações. O foco principal é a aferição da *performance* e do desempenho gerencial do observatório de cada município, conforme tratado no capítulo 3. Por meio de seus programas e subprogramas, a capacitação oferecida pelo Observatório Social do Brasil aos demais observatórios sociais se propõe a fornecer uma metodologia de funcionamento da organização, conforme discriminado no referido capítulo.

Segundo a pesquisa, constata-se que a capacitação oferecida é considerada incipiente e insatisfatória. Por meio da pergunta sobre se a capacitação recebida para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos públicos, a maioria dos respondentes não se considerou capacitada para exercer o controle dos gastos municipais. Perguntados sobre a principal dificuldade encontrada para ser voluntário de um observatório social, foi apontada a inexistência de um treinamento adequado para tal fim. E foram uníssomos ao responderem sobre a necessidade de aprofundar-se nos temas que os habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos.

Portanto, e de acordo com os resultados obtidos na pesquisa, há uma necessidade premente de se promoverem cursos de capacitação voltados à realidade do voluntariado para exercer de forma não amadora, e sim, capacitado.

## CONCLUSÃO

Os observatórios sociais buscam a transparência da gestão e administração municipais, bem como a correta aplicação dos recursos públicos. Paralelamente, incentivam a participação ativa dos cidadãos na gestão de suas cidades, fomentando a educação para a cidadania fiscal.

Não se tem, ainda hoje, no país um processo educativo que estimule o cidadão a se aproximar do exercício do poder público para acompanhar, monitorar e avaliar as gestões locais, estaduais ou federal. A educação formal não contribui para o desenvolvimento de pessoas críticas, participativas e capazes de atuar na transformação do meio em que vivem.

Necessário seria repensar todo o caminho educacional desde a escola fundamental, a fim de que fosse estimulada em cada um a participação direta na vida pública.

Enquanto ainda não se atingir a maturidade educacional para a consciência social, necessário será suprir as deficiências educacionais no desenvolvimento do ser cômico de seu papel no meio da sociedade em que vive. Dessa forma, capacitar as pessoas que se disponham voluntária e conscientemente a exercerem o seu papel cidadão junto ao poder público torna-se uma das ferramentas para o exercício do controle social pretendido.

Para que os integrantes dos observatórios sociais possam ter condições de exercer efetivamente o controle social em seus municípios, necessário se faz um programa básico e eficaz de capacitação onde os princípios éticos e constitucionais da gestão pública sejam os nortes e que tenham aplicabilidade imediata no controle dos gastos públicos, observando-se os preceitos inerentes à andragogia como modelo de ensino-aprendizagem voltado ao adulto aprendiz.

Este programa deve ter como fundamento conceitos elementares da administração pública; o modelo de Estado escolhido pela sociedade; a necessidade de sua existência, missão e competência; as fontes de recursos possíveis para que o Estado possa se sustentar e gerir a máquina pública; a maneira de se controlar o orçamento público; as formas para comprar e adquirir bens e serviços públicos; a organização administrativa e política dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Assim, após receberem informações acerca do funcionamento da máquina pública e dos atos administrativos a ela inerentes, poderão acompanhar e medir as ações governamentais, como preconizado atualmente pelo Observatório Social do Brasil.

Quanto mais formação e capacitação tiverem as pessoas que se habilitarem para exercer o controle social dos recursos públicos maiores qualidade e governança democrática serão exigidos de nossos governantes e mais corretamente os recursos públicos serão aplicados e controlados em prol do bem estar comum.

Diante dos fatos aferidos por meio de estudo e realização da pesquisa, o que foi pretendido e buscado neste trabalho, numa análise geral, conseguiu atingir aos objetivos propostos, ou seja, a necessidade de se aprofundar os conhecimentos dos voluntários que atuam junto aos observatórios no controle social dos recursos públicos.

## REFERÊNCIAS

ALCALÁ, Adolfo. **A Prática Andragógica em Adultos de Idade Avançada**. Ponencia. 1999.

AVRITZER, Leonardo. ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. **Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos - Estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social**. Barueri, SP: Manole, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil – o Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Maria de Fátima Gomes. **Um Modelo de Gestão de Pessoas Orientado por Competências**. Brasília, 2009. 71 p. Monografia aprovada para o grau de Especialista do Curso de Especialização em Gestão Pública da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

DELORS, Jacques (Coord.). **Educação um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Brasília: Cortez, 1998.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Catálogo de cursos da ENAP**. Disponível em: <[http://www.ena.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1352&Itemid=272](http://www.ena.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1352&Itemid=272)>. Acesso em: 02 fev. 2011.

ESAD – Escola de Administração e Negócios. **Área: Orçamento, Contabilidade e Finanças**. Disponível em: <<http://www.esadcur.com.br/?inc=cursos>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

ESAF – Escola de Administração Fazendária. Centro Estratégico de Formação Permanente – Cefor. **Nivelamento Pedagógico – Instrutoria**. Apostila para os instrutores do curso de formação para Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Programação de eventos de capacitação. Disponível em: <[http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/agenda-eventos/eventos\\_novo.html](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/agenda-eventos/eventos_novo.html)>. Acesso em: 21 jan. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 40ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



KNOWLES, Malcon S. Disponível em: <http://www.infed.org/thinkers/et-knowl.htm>. Acesso em: 06 set. 2010.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. **Para falar em andragogia**. Programa Educação do Trabalhador. v. 2, CNI-SESI, 1999.

Material da Unidade V da **Disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em EaD**, criada por Hartmut Günther, do Curso de Pós-Graduação em EaD, ofertado pelo CEAD/UnB no período de 2008.

OSB – Observatório Social do Brasil. [**Página institucional**]. Disponível em: <[http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/quem\\_somos#](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/quem_somos#)>. Acesso em: 06 set. 2010.

OLIVEIRA, Ari Batista de. **Andragogia, facilitando a aprendizagem**. Programa Educação do Trabalhador. v. 3, CNI-SESI, 1999.

PNEF - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL. **Gestão Democrática dos Recursos Públicos**. 3ª edição. Esaf/Brasília/DF. Caderno 4. 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação Fiscal no Contexto Social**. 4ª edição. Esaf/Brasília/DF. Caderno 1. 2009.

Revista da CGU - Ano IV – Nº 6 – Setembro/2009 – ISSN 1981-673X – Programa Olho Vivo no Dinheiro Público: Limites e possibilidades de fomento ao controle social – Antônio Ed Souza Santana.

RUDIO, Frans Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS JR, Orlando Alves dos. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Governança Democrática e Poder Local** – a experiência dos conselhos municipais. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle Social da Função Administrativa do Estado**. Possibilidades e Limites na Constituição de 1988. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

## **APÊNDICE**

**QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA APLICADA AOS VOLUNTÁRIOS INTEGRANTES  
DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS (PERGUNTAS E RESPOSTAS)**

**NOME** (opcional) ALEXANDRE

**IDADE** \_27 ANOS

**SEXO** [ ] Feminino [ X ] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ X ] Solteiro [ ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo  
[ ] Outros

**PROFISSÃO** PSICOLOGO\_\_\_\_\_

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental [ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Ensino Médio [ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Superior Incompleto Especificar\_\_\_\_\_

[ X ] Superior Completo Especificar\_PSICOLOGIA\_\_\_\_\_

[ ] Pós-graduação Especificar\_\_\_\_\_

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

O VOLUNTARIO AUXILIA O OBSERVATORIO A OBSERVAR AS ACOES DO PODER PUBLICO E AQUILO QUE E "COLHIDO" PELO VOLUNTARIO SERVIRA COMO UMA DAS FERRAMENTAS AS ATIVIDADES DE CONTROLE DO PODER PUBLICO E FORMACAO DE OPINIAO COM BASE NAS OPINIOES EMITIDAS.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

A FALTA DE EXPERIENCIA NA ATIVIDADE.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento? SIM.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

FOI MINISTRADA UMA PALESTRA QUE EXPLICOU O FUNCIONAMENTO DO OBSERVATORIO, A FORMA COMO ESTE INTEREGE COM O PODER PUBLICO E A ATUACAO QUE CABERIA AOS VOLUNTARIOS. A CAPACITACAO PODERIA, EM MINHA OPINIAO, TER ENFOCADO ALGUNS OUTROS PONTOS DE MAIOR RELEVANCIA PARA A PRATICA.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

A CAPACITACAO FOI UM PRIMEIRO PASSO PARA O EXERCICIO MENCIONADO, MAS ELA SOZINHA NÃO HABILITARA UM CIDADAO A CONTINUAR NA TAREFA.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais? NÃO.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos? SIM.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

CURSOS VOLTADOS AO CONHECIMENTO DE ASPECTOS JURIDICOS RELACIONADOS AS LICITACOES PUBLICAS E AO FUNCIONAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, VISTO QUE ALGUMAS SITUACOES EXIGEM TAIS CONHECIMENTOS E SUA APLICACAO PRATICA.

**NOME** CARLOS

**IDADE** 49 ANOS

**SEXO**  Feminino  Masculino

**ESTADO CIVIL**  Solteiro  Casado  Divorciado  Viúvo  Outros

**PROFISSÃO:** *professor*

**ESCOLARIDADE**

Ensino Fundamental  Completo  Incompleto

Ensino Médio  Completo  Incompleto

Superior Incompleto Especificar \_\_\_\_\_

Superior Completo Especificar \_\_\_\_\_

Pós-graduação - **Geografia Física**

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

*Acompanhar, de acordo com as diretrizes de cada projeto, a correta aplicação dos recursos públicos*

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

*A escassez de recursos humanos e financeiros e resistência de setores da administração pública em fornecer informações*

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

*Sim*

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

*Reuniões com os técnicos envolvidos nos projetos*

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

*Sim*

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

*Sim*

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

*Sim, a atualização é inerente ao aprofundamento dos trabalhos*

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

*Seminários que permitam o intercâmbio entre diferentes Observatórios Municipais.*

**NOME** HÉLIO

**IDADE** 46 \_\_\_\_\_ ANOS

**SEXO** [ ] Feminino [ x ] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ ] Solteiro [ x ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo

[ ] Outros

**PROFISSÃO** AUDITOR FISCAL RECEITA ESTADUAL \_\_\_\_\_

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental [ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Ensino Médio [ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Superior Incompleto Especificar \_\_\_\_\_

[ X ] Superior Completo Especificar Direito, Administração, Ciências Contábeis

[ X ] Pós-graduação Especificar Especialização Direito Tributário

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

R. Executar as atividades de sua responsabilidade.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

R. Deparar com situações novas, ainda não vivenciadas.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

R. Sim.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

R. Treinamento dos Voluntários.

Sim, foi satisfatório.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

R. Sim. A metodologia utilizada permite o controle de grande parte dos processos licitatórios.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

R. Sim, nas atividades atualmente desenvolvidas.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

R. Sim.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

R. Palestras sobre controle de gastos públicos, licitações, e encontros com voluntários de outros observatórios.

<b>NOME</b> (opcional) Isabel		
<b>IDADE</b> _____ 29 _____ ANOS	<b>SEXO</b> [ x ] Feminino [ ] Masculino	
<b>ESTADO CIVIL</b> [ x ] Solteiro [ ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros		
<b>PROFISSÃO</b> _____ Estudante _____		
<b>ESCOLARIDADE</b>		
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ x ] Superior Incompleto	Especificar _____	
[ ] Superior Completo	Especificar _____	
[ ] Pós-graduação	Especificar _____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Levar a sociedade ao conhecimento e principalmente a participação dos gastos públicos.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

Acesso

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

Sim

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

A importância de ser um voluntário e capacitação sobre licitação.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

Dentro do assunto que foi licitação sim

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

Não,

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

Sim

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Curso sobre todo o processo dos gastos públicos.

<b>NOME</b> (opcional) LUCAS		
<b>IDADE</b> ____18____ ANOS	<b>SEXO</b> [ ] Feminino [ x ] Masculino	
<b>ESTADO CIVIL</b> [ x ] Solteiro [ ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros		
<b>PROFISSÃO</b> ____Estudante_____		
<b>ESCOLARIDADE</b>		
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ x ] Superior Incompleto	Especificar ____1ano -Direito_____	
[ ] Superior Completo	Especificar_____	
[ ] Pós-graduação	Especificar_____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Fiscalização dos atos da prefeitura.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

A pouca colaboração dos membros da prefeitura

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

Sim.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

Curso explicativo sobre o processo licitatório.Sim,foi satisfatório

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

sim

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

sim

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

sim

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Outros cursos capacitantes

<b>NOME</b> (opcional) _LUIZ NETO_____	
<b>IDADE</b> 69_____ ANOS	<b>SEXO</b> [ ] Feminino [X ] Masculino
<b>ESTADO CIVIL</b> [ ] Solteiro [ ] Casado [ ] Divorciado [X ] Viúvo [ ] Outros	
<b>PROFISSÃO</b> _____	
<b>ESCOLARIDADE</b>	
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ X ] Superior Incompleto	Especificar ECONOMIA
[ X ] Superior Completo	Especificar ADMINISTRAÇÃO
[ X ] Pós-graduação	Especificar ADMINISTRAÇÃO

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social? OBSERVAR AS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA PREFEITURA E DA CÂMARA DE VEREADORES

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel? RESISTÊNCIA DOS OBSERVADOS

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento? NÃO

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais? NÃO HOUVE CAPACITAÇÃO

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?



**NOME** (opcional) Minoru

**IDADE** \_\_74\_ ANOS

**SEXO** [ ] Feminino [x] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ ] Solteiro [x] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo  
[ ] Outros

**PROFISSÃO** \_\_aposentado\_\_\_\_\_

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental [ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Ensino Médio [ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Superior Incompleto Especificar \_\_\_\_\_

[x] Superior Completo Especificar economia, ciências contábeis

[x] Pós-graduação Especificar mestrado/administração

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social? Defender o interesse da comunidade.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?  
Obter as informações necessárias.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento? sim

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?  
1 - Orientação e natureza do trabalho. 2-satisfatório.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

Sim, principalmente pela minha formação e experiência.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais? Sim.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos? Sim, pois aprofundar-se sempre é útil.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Estudo sobre as mudanças na legislação sobre os deveres dos servidores públicos.

Idem sobre a lei de responsabilidade fiscal e suas alterações.

Etc.

**NOME** (opcional) : NORIVAL

**IDADE** \_\_\_64\_\_\_ ANOS

**SEXO** [ ] Feminino [ x ] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ ] Solteiro [ x ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo  
[ ] Outros

**PROFISSÃO**: Servidor Público Federal Aposentado.

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental

[ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Ensino Médio

[ ] Completo [ ] Incompleto

[ ] Superior Incompleto

Especificar \_\_\_\_\_

[ x ] Superior Completo

Especificar: Licenc. Letras Anglo Portuguesa.

[ ] Pós-graduação

Especificar \_\_\_\_\_

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Resposta: Detectar, junto à comunidade de seu município, inobservâncias ao cumprimento de normas e procedimentos legais em diversas áreas de atuação do Poder Público Municipal, levando as irregularidades constatadas para discussão dentro do Observatório, visando o encaminhamento coordenado de propostas de solução e procedimentos de correção. Além da área de aplicação de recursos públicos, via licitação, temos, ainda, outras áreas que podem ser objeto de observação, como por exemplo, o setor viário, a utilização de áreas e espaços públicos, e o meio ambiente

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

A aquisição de conhecimento da legislação e sua aplicação nas áreas de atuação.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento? Resposta: Sim.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório? Resposta: Licitação. Sim, foi satisfatório.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município? Resposta: Não.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais? Resposta: Não.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos? Resposta: Sim.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Resposta: Uma distribuição de tarefas ao voluntário, dentro de casos reais e concretos, com acompanhamento de pessoas com experiência na área e ou nos casos em questão.

<b>NOME</b> (opcional) ____ Susana _____		
<b>IDADE</b> _58 ANOS	<b>SEXO</b> [ F ] Feminino [ ] Masculino	
<b>ESTADO CIVIL</b> [ ] Solteiro [ ] Casado [ x ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros		
<b>PROFISSÃO</b> : <i>Psicóloga</i>		
<b>ESCOLARIDADE</b>		
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ ] Superior Incompleto	Especificar _____	
[ X ] Superior Completo	Especificar _____	
[ ] Pós-graduação	Especificar _____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

- *Observar a aplicação dos recursos públicos.*

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

- *Ter domínio de conhecimento das reais necessidades e dos serviços públicos que são prestados.*

-

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

- *Sim.*

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

- *O necessário para entender como ocorre uma licitação.*

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

- *Não.*

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

- *Não.*

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

- *Sim*

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

- *A funcionalidade das secretarias e suas reais necessidades.*

<b>NOME</b> (opcional) Vera		
<hr/>		
<b>IDADE</b> _____ 40 _____ ANOS	<b>SEXO</b> <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	
<b>ESTADO CIVIL</b> <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros		
<b>PROFISSÃO</b> <i>Gerente de Loja</i>		
<hr/>		
<b>ESCOLARIDADE</b>		
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Superior Incompleto	Especificar _____	
<input checked="" type="checkbox"/> Superior Completo	Especificar_Cursando último semestre _____	
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	Especificar _____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Ajudar na fiscalização dos órgãos públicos para que os mesmos cumpram com responsabilidade suas atribuições e dentro da lei e o que determina a constituição.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

Alguns membros de órgãos públicos que vem como ameaça o nosso trabalho, porém sou da opinião de que “ quem não deve não teme”. Ou “treme”.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

Sim, já conhecia o trabalho o Observatório, e participei de reuniões de prestações de contas, treinamento para o acompanhamento de licitação, entre outros.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

Foi satisfatório, e principalmente os eventos de prestação de contas foi importante também para o meu TCC que fala sobre a Administração Pública, mais especificamente da LRF.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

Sim, juntamente com o conhecimento adquirido na faculdade.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

Sim

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?  
Com certeza, pois é um tema muito amplo.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?  
Ainda não foi efetuado em Maringá (creio que será em breve) a participação popular no orçamento 2011.

<b>NOME</b> (opcional) Pedro		
<hr/>		
<b>IDADE</b> 22 ANOS	<b>SEXO</b> <input type="checkbox"/> Feminino <input checked="" type="checkbox"/> Masculino	
<b>ESTADO CIVIL</b> <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros		
<b>PROFISSÃO</b> <i>Estudante</i>		
<b>ESCOLARIDADE</b>		
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input checked="" type="checkbox"/> Superior Incompleto	Especificar_____	
<input type="checkbox"/> Superior Completo	Especificar_ semestre_____	
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	Especificar_____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

R: Velar pela melhor gestão do patrimônio público no que concerne nos bens, tributos pagos para a melhora na qualidade de vida dos contribuintes entre outros benefícios.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

R: Conhecer a legislação que regular as ações dos três poderes principais do país, para o melhor entendimentos das suas funções, sabendo o que é correto e o que não é correto.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

R: Sim.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

R: Treinamentos sobre: licitações; Funcionamento das tarefas desenvolvidas pelo observatório; Tributos Municipais; Funcionalidade dos 3 poderes (executivo, legislativo, Judicial); Pregão eletrônico entre outros, foram sempre satisfatórios.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

R: Ajudou bastante, mas como disse ainda existe algumas dúvidas, pois a legislação que rege sobre o poder público bastante complexa, aí surge os problemas, mas como sempre os colegas estão sempre prontos a ajudar.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

R: Ninguém de certeza se acha preparado para o exercício desta atividade, mas como voluntário estou ciente do papel importante que exerço perante a sociedade que se vê acuada pela falta de informações sobre os tributos que são pagos e não tem aplicabilidade que merecem, e nós com o mínimo conhecimento que temos podemos dar uma informações plausível para os contribuintes, e lutar para a boa gestão destes recursos.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

R: Sim, sempre tem assuntos novos a aprender, é como a vida, vivendo e aprendendo.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

R: Mais e mais treinamentos, e, sobretudo o feedback dos responsáveis perante ao trabalho exercício pelos voluntários, havendo para isso cronograma de funções a serem exercidas somente para os voluntários e avaliações das mesmas, por forma a valorizar ainda mais o trabalho por ele exercido.

<b>NOME</b> (opcional) Leo	
<b>IDADE</b> 26 ANOS	<b>SEXO</b> [ ] Feminino [ X ] Masculino
<b>ESTADO CIVIL</b> [ ] Solteiro [ X ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros	
<b>PROFISSÃO</b> <u>Estudante</u>	
<b>ESCOLARIDADE</b>	
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ X ] Superior Incompleto	Especificar <b>Cursando Administração de empresas</b> <b>8º Período Cesumar – Centro Universitário de Maringá</b>
[ ] Superior Completo	Especificar _____
[ ] Pós-graduação	Especificar _____

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Principal papel é a fiscalização dos órgãos públicos municipais diante da comunidade em que esses mesmos dirigem. No entanto existem outras funções que o voluntário exerce não menos importantes que a principal citada, como, fomentação da cidadania fiscal dos demais cidadãos, conhecimento adquirido com as experiências e principalmente aquisição de informação política e ciência do funcionamento da administração pública visando formação de opinião, ainda mais que estamos em ano eleitoral.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

Primeiro os horários que geralmente não se encaixam em situações em que o voluntário trabalhe. E também a força de vontade de continuar exercendo o voluntariado, uma vez que são constatadas desorganizações e falta de ética e respeito dos políticos locais, sendo uma questão cultural enraizada se torna algo difícil de tratar propondo apenas mudanças. Essa conscientização deve partir deles próprios, ou a melhor maneira, mais prática e rápida é conseguirmos eleger candidatos qualificados e sugerir a manutenção dessa qualificação. A questão é que a eleitores não se interessam e reflexo disso são as candidaturas de pessoas totalmente despreparadas.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

De início não, já que atuei a 2 anos atrás, parei por motivo de trabalho e agora retornei. No início que acompanhava licitações públicas municipais tive o acompanhamento de uma pessoa que me auxiliou. Após minha volta esse ano tivemos um curso sobre licitações todo formulado para voluntários e interessados. Muito bom, aliás. Porém, para acompanhamento das sessões da Câmara Municipal de Vereadores aqui em Maringá, ainda não existe nada nesse sentido, apenas o repasse de instruções de como se deve preencher o formulário durante as votações por parte de quem já acompanhava.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

Citado acima...



5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

Sim, ainda que não totalmente, pois ainda não tive tempo suficiente para acompanhar todas as licitações posteriormente o curso. Apenas praticando que se exerce o conhecimento, mas posso dizer que sim, o curso foi será muito bem aproveitado. Até fica a sugestão de aprimoramento do conteúdo, já que foi formulado por um advogado que enfocou muitas leis e seus artigos, já que o que vale para o voluntário são os termos técnicos e etapas do processo. Fica a deixa para vocês buscar com o OS de Maringá esse material e fazer uma adaptação para o seu trabalho.

**Aliás, parabéns pela sua iniciativa.**

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

Não totalmente como gostaria, mas creio que o suficiente para poder auxiliar. O que mais gera indignação é que muitos processos acontecem ainda sem o consentimento da população e conseqüentemente do Observatório, quando se é verificado existe a correção, mas o que não, passa.

7 – Sente necessidade de **se aprofundar** mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

Sim, com certeza. Contudo, isso só poderá ser feito em duas ocasiões.

Quando se faz um trabalho acadêmico voltado para a área ou por iniciativa do Observatório, já que como dito antes, a maior participação e aprofundamento do conhecimento se deve ao fato da falta de tempo.

8 - Que outros eventos **você poderia sugerir para complementar** a sua formação **como voluntário(a)**?

Congressos regionais e nacionais.

Perdoe-me se estiver alienado, mas creio que esses encontros já acontecem, mas não em forma de congressos com palestras e cursos. Mas seria isso, talvez a incorporação definitiva de um material e um curso individual mais prático para os iniciantes.

Obs.: Vânia se for válido tomei a liberdade de fazer algumas readequações em algumas perguntas.

Todas as minhas respostas são baseadas no conhecimento e acompanhamento do Observatório Social de **Maringá**. Não sei se o mesmo se aplica aos demais.

E parabéns mais uma vez pela sua iniciativa.

<b>NOME</b> (opcional) JADENIL	
<hr/>	
<b>IDADE</b> 52 ANOS	<b>SEXO</b> <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
<b>ESTADO CIVIL</b> <input type="checkbox"/> Solteiro <input checked="" type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros	
<b>PROFISSÃO</b> _AGENTE EDUCACIONAL II_	
<b>ESCOLARIDADE</b>	
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto
<input checked="" type="checkbox"/> Ensino Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto
<input checked="" type="checkbox"/> Superior Incompleto	Especificar CURSANDO PEDAGOGIA
<input type="checkbox"/> Superior Completo	Especificar _____
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	Especificar _____

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

R: OBSERVAR OS CONTEÚDOS PROPOSTOS JUNTOS AOS REPRESENTANTES LEGAIS DE LICITAÇÕES, CONFERIR VALIDADE E AJUDAR A ADQUIRIR JUNTO AO ÓRGÃO PÚBLICO UM MENOR DESCONTO POSSÍVEL NO BEM LICITADO.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

R: PARA MIM NÃO TENHO ENCONTRADO DIFICULDADES PARA DESEMPENHAR O PAPEL, A NÃO SER PELA DIFICULDADE MOTORA DA QUAL ADQUIRI COM DOIS AVCs.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

R: SIM, COM O ADVOGADO JUNIOR E A COORDENADORA EDNA.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

R: FOI MOSTRADO COMO SER UM VOLUNTÁRIO E COMO EXERCER, CONVIVER AO LADO DO PREGOEIRO E DOS REPRESENTANTES DE EMPRESAS, O QUE DEVERÍAMOS OBSERVAR, E COMO NOS COMPORTAR PERANTE A REUNIÃO DE LICITAÇÃO.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

R: SIM, PUDE OBSERVAR O QUANTO É IMPORTANTE PARTICIPAR DE ONDE, COMO E PARA ONDE FORAM GASTOS O DINHEIRO PÚBLICO DENTRO DO MUNICÍPIO.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

R: NO MOMENTO, POSSO RESPONDER QUE DE FORMA AINDA PEQUENA, POSSO AJUDAR NO PAPEL E CONTROLE DE GASTOS PÚBLICOS, POIS AINDA ESTOU INICIANDO, MAS SE FOR O CASO, ESTAREI SEMPRE APRENDENDO PARA PODER INTERAGIR A FAVOR DO BEM PÚBLICO DE FORMA DIRETA.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

R: CON CERTEZA.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

R: DE INÍCIO O QUE TENHO APRENDIDO ESTÁ BOM, NÃO SEI AO LONGO DOS TEMPOS, COMO POSSO COMPLETAR ESTA FORMAÇÃO.

<b>NOME</b> (opcional) Andrea		
<b>IDADE</b> 36 ANOS	<b>SEXO</b> <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	
<b>ESTADO CIVIL</b> <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros		
<b>PROFISSÃO</b> funcionária pública		
<b>ESCOLARIDADE</b>		
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Superior Incompleto	Especificar _____	
<input type="checkbox"/> Superior Completo	Especificar _____	
<input checked="" type="checkbox"/> Pós-graduação	Especificar_Ciências Sociais	

**1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?**

Os voluntários, enquanto agentes de transformação social, podem ser considerados como “parceiros” na implementação de metas dos observatórios sociais. Sendo assim, vejo que o papel dos voluntários é auxiliar nas atividades desenvolvidas pelos observatórios sociais, ampliando o controle sobre os gastos públicos municipais.

**2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?**

Treinamento adequado para exercer as atividades. Além disso, o comprometimento do voluntário com o trabalho é fundamental, como também a conscientização social.

**3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?**

Efetivamente, não, o que dificultou o desenvolvimento com qualidade no trabalho voluntário. Houve apenas uma palestra com o objetivo de apresentar aos voluntários a missão e o funcionamento do observatório.

**4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?**

A apresentação foi satisfatória no sentido de que possibilitou uma visão geral sobre o funcionamento de um observatório social. No entanto, de forma prática, não possibilitou uma capacitação efetiva para o trabalho.

**5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?**

Em termos práticos, não.

**6 - Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?**

Completamente, não. Em muitas atividades desenvolvidas no observatório para as quais foi designada, não me senti completamente segura para exercê-las, em razão

de não ter sido preparada antecipadamente para atuar no controle e gastos públicos. A falta de conhecimento em algumas atividades me desestimulou um pouco para continuar o trabalho voluntário no controle de gastos públicos. O conhecimento técnico é realmente fundamental. Minha experiência no observatório social me fez concluir que somente pessoas capacitadas ou com graduação nas áreas afins (contabilidade, direito, administração, economia) podem exercer com qualidade atividades voluntárias em observatórios sociais. Sem conhecimento técnico, a contribuição é mínima.

**7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?**

Sim. O aprofundamento nos temas é extremamente necessário.

**8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?**

Creio que treinamento técnico é básico e essencial.

**NOME** (opcional) IVONIR

**IDADE** 57 ANOS                      **SEXO** [ ] Feminino [ x ] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ ] Solteiro [ X ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo  
[ ] Outros

**PROFISSÃO** \_\_AUDITOR CONTÁBIL\_\_

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental            [ ] Completo            [ ] Incompleto  
[ ] Ensino Médio                    [ ] Completo            [ ] Incompleto  
[ ] Superior Incompleto            Especificar \_\_\_\_\_  
[ ] Superior Completo              Especificar \_\_\_\_\_  
[ X ] Pós-graduação                Especificar AUDITORIA FINANCEIRA

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Verificar, conferir, pesquisar e corrigir possíveis distorções nas licitações públicas, acompanhar as entregas, verificar fraudes e vícios.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

Sempre foi a maior dificuldade o acesso aos documentos, acompanhamentos, e conferências da entrega dos materiais/serviços.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento? Não.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município? A vida inteira trabalhei com esse tipo de serviço; me é familiar.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais? Sim, mais que 90% de todos que lá estão.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

Isso sempre é salutar, trocar idéias, melhorar os conhecimentos, conhecer novos métodos e abordagens.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Gostaria de poder mudar o que está aí, é muito arcaico, viciativo, desonesto, oneroso e acima de tudo, ultrapassado em 100 anos, no mínimo.

**NOME** (opcional) João Carlos

**IDADE** 45 ANOS                      **SEXO** [ ] Feminino [ X ] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ ] Solteiro [ X ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo  
[ ] Outros

**PROFISSÃO** AUDITOR CONTÁBIL

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental              [ ] Completo              [ ] Incompleto  
[ ] Ensino Médio                      [ ] Completo              [ ] Incompleto  
[ ] Superior Incompleto              Especificar \_\_\_\_\_  
[ ] Superior Completo                Especificar \_\_\_\_\_  
[ x ] Pós-graduação                    Especificar Controladoria, Auditoria, Custos

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Fiscalizar, induzir à prática de meios legais, lícitos e transparentes.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

Respaldo diante dos órgãos públicos nas informações e apresentações de Documentos para análise.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

Não

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

Tenho suficiente conhecimento de funcionamento de órgãos públicos.

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

Sim, com certeza que sim.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

Sempre que se tenha oportunidade de melhora, é aceitável e aconselhável.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Mais poder de ação, modificação de velhos costumes e apadrinhamentos.

<b>NOME</b> (opcional) CARLOS	
<b>IDADE</b> 44 ANOS	<b>SEXO</b> [ ] Feminino [X] Masculino
<b>ESTADO CIVIL</b> [ ] Solteiro [X] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros	
<b>PROFISSÃO</b> ____FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL_____	
<b>ESCOLARIDADE</b>	
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ ] Superior Incompleto	Especificar _____
[ ] Superior Completo	Especificar _____
[X] Pós-graduação	Especificar ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DIREITO PÚBLICO, GERENCIAMENTO DE PROJETOS

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

**Promover o controle social através do acompanhamento dos gastos públicos.**

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

**Limitação técnica sobre a matéria e parco conhecimento das práticas corruptivas adotadas.**

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

**Sim.**

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

**Palestras, reuniões e workshops desenvolvidos por servidores da RFB ou pelos próprios membros do Observatório Social do Brasil. Sim, foram satisfatórios.**

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

**Não. Houve necessidade de maior aprofundamento nos temas, especialmente sobre licitações. Optei por recorrer a livros técnicos, o que alavancou meu conhecimento na área. No campo prático, é possível perceber que as eventuais deficiências verificadas no início dos trabalhos vão sendo rapidamente superadas ao longo do tempo. Logo, a experiência obtida através das ações presenciais é fundamental para a capacitação de voluntários.**



6 - Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

**Não. Gostaria de estar melhor preparado tecnicamente para tão relevante função.**

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

**Sim, sem sombra de dúvidas.**

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

**Principalmente um curso de especialização na área de licitações. Destaco, entretanto, que a leitura de livros técnicos é de enorme importância para o desenvolvimento das ações de controle social relacionadas à licitações.**

<b>NOME</b> (opcional) RONALDO	
<b>IDADE</b> 46 ANOS	<b>SEXO</b> [ ] Feminino [ X ] Masculino
<b>ESTADO CIVIL</b> [ ] Solteiro [ X ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros	
<b>PROFISSÃO</b> ___ <b>MILITAR</b>	
<b>ESCOLARIDADE</b>	
[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo [ ] Incompleto
[ X ] Superior Incompleto	Especificar <b>TECNOLOGIA EM SISTEMAS DA</b>
<b>COMPUTAÇÃO - CURSANDO</b>	
[ ] Superior Completo	Especificar _____
[ ] Pós-graduação	Especificar _____

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

- Fiscalizar as instituições que utilizam **recursos públicos**, não devendo ser necessariamente verbas ou instituições públicas.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

- A falta de acesso às informações atinentes à utilização, transferência e doação de recursos públicos.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

- Não. Apenas palestras com foco motivacional, realizadas pela SRF.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

- Não.

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

- Não.

6 - Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

- Não. A falta de acesso aos gastos públicos, transferências de verbas, pagamentos liquidação de despesas e outras ações dos órgãos públicos o que prejudica, sobremaneira, as ações do Observatório.
- Acredito que caso estas informações fossem disponibilizadas na internet, de forma séria, não maquiada como são hoje, isso se transformaria em uma

grande ferramenta de fiscalização. Poderíamos acessar em qualquer momento de folga, de qualquer lugar.

- Por oportuno, sugiro também: Existe outro fiscal em potencial, que nunca recebeu a devida atenção das autoridades, mormente da SRF: É o **funcionário público**, principalmente o de nível intermediário e auxiliar. Esses funcionários estão espalhados em todas as instituições do país, no nível Federal, Estadual e Municipal, sempre são afastados dos conselhos econômicos das instituições, propositadamente nunca assumem cargo de agente fiscal, ordenador de despesa ou agente financeiro. Estão completamente fora do processo financeiro das suas Instituições, porém, tem acesso a maioria das informações sobre as falcatruas praticadas pelos seus chefes. Muitos são apaixonados pela instituição a qual dedicaram sua vida e estão prontos para defendê-las.

O que falta????

- a) uma ferramenta, discreta e segura, que possibilite a esses funcionários informar os acontecimentos sem sua exposição;
- b) a criação de cursos (utilizando plataformas tipo tele-duque) destinados exclusivamente para esse público alvo, qualificando os servidores para perfeita utilização das ferramentas de fiscalização. Sempre pautado pela participação direta do servidor com o órgão fiscalizador, sem conhecimento ou a interferência de suas instituições de origem, tipo: “MBA, Curso de Especialização, Curso de qualificação ou Curso de Gestão Pública”; e
- c) a criação do “Assistente Fiscal Público”, um servidor público, com estabilidade garantida, de qualquer esfera, habilitado por um dos cursos acima, que teria o **Encargo Colateral** de alimentar o sistema da SRF e outros Órgãos de Fiscalização, com inúmeras informações sobre possíveis fraudes. A possibilidade da existência de um desses Assistentes na instituição, atormentaria os maus gestores.

OBS: Os servidores, atores desse novo sistema, poderiam ser motivados também com isenção fiscal e prêmios, por exemplo.

Deveríamos, sempre que possível, evitar o contato direto desses Assistentes com os Órgãos de Fiscalização e promover o grau de sigilo das informações (que serviria apenas de base par o início do processo de investigação) e principalmente do Informante.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

- SIM, se trata de uma necessidade premente e que melhora a qualidade das ações do Observatório Social. A maioria dos Observadores nunca ouviu falar em UASG. Como utilizar as poucas e ineficientes ferramentas existentes.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

- Palestras constantes, para qualificação dos Observadores;
- Cursos de habilitação para atividade;
- Criação de ferramentas que fomente as informações; e
- Criação de um Fórum ou outro canal permanente na SRF, via internet, para sanar as dúvidas dos Observadores.

OBS: Nem todos os Observadores são aposentados. As atividades de formação têm que ser acessíveis aos ativos e inativos. Devemos conciliar essas atividades com as demais hoje existentes.

A corrupção no país está tomando proporções assustadoras. Devemos utilizar todos os meios disponíveis para conter o avanço dessa praga maligna.

**NOME** (opcional) ANTÔNIO

**IDADE** 69 ANOS                      **SEXO** [ ] Feminino [X] Masculino

**ESTADO CIVIL** [ ] Solteiro [X] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo  
[ ] Outros

**PROFISSÃO** \_\_\_\_ Representante Comercial

**ESCOLARIDADE**

[ ] Ensino Fundamental	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[ ] Ensino Médio	[ ] Completo	[ ] Incompleto
[X] Superior Incompleto	Especificar Administração	
[ ] Superior Completo	Especificar _____	
[ ] Pós-graduação	Especificar _____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

**Ajudar no acompanhamento das licitações.**

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

**Ter acesso às licitações.**

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

**Não.**

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

6 -Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

**Sim.**

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

**Sim.**

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

<b>NOME</b> (opcional) ELZA	
<b>IDADE</b> 60 ANOS	<b>SEXO</b> <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
<b>ESTADO CIVIL</b> <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input checked="" type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros	
<b>PROFISSÃO</b> _____	
<b>ESCOLARIDADE</b>	
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	<input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Superior Incompleto	Especificar _____
<input type="checkbox"/> Superior Completo	Especificar _____
<input checked="" type="checkbox"/> Pós-graduação	Especificar Educação Matemática _____

**1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?**

Contribuir no desenvolvimento de trabalho organizado que garanta a transparência e a aplicação correta dos recursos públicos. Para isso há a necessidade de preparação, estudos e conhecimento.

**2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?**

A maior dificuldade é o pequeno número de pessoas bem informadas ou com interesse e disposição em ampliar conhecimentos e se engajar nessa luta. Normalmente querem os resultados, mas trilhar os caminhos para obtê-los são poucos os que se dispõem, principalmente porque para participar de seminários, cursos, palestras..., há, geralmente a necessidade de se locomover geralmente para grandes centros.

**3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?**

Antes do Observatório Social criamos a ADAMA – Associação de Amigos de Mandaguari, em 2005, seguindo orientações da AMARRIBO – Amigos Associados de Ribeirão Bonito. Buscamos capacitação e treinamento lendo, pesquisando e participando de palestras, encontros, seminários e grupos de estudo.

**4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?**

A primeira capacitação que tivemos foi um Encontro com o Dr. Jorge Sanches, advogado em Ribeirão Preto – SP, membro da AMARRIBO, e hoje, seu presidente. Dr. Jorge nos honrou com sua visita no dia 15/09/05 que após encontro, orientações e sugestões aos associados da ADAMA, realizou marcante palestra para um grupo de 154 pessoas em nossa sociedade, convidados pelos nossos associados. Após a constituição da ADAMA passamos a nos reunir uma vez por semana, o que fazemos até hoje, com os objetivos de planejarmos nossas ações e realizarmos leituras e

estudos de leis, matérias e textos específicos sobre controle social nos gastos públicos, com educação fiscal e o combate à corrupção. Nossa capacitação não foi e não é satisfatória.

**5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?**

Estamos conscientizados de nosso papel, mas muito há ainda por aprender, especialmente no que se refere a Licitações, uma vez que há pouco tempo é que começamos a acompanhá-las na Prefeitura Municipal. O problema é que nesse órgão, normalmente tem pessoas especializadas especialmente em driblar as leis e até em cometer fraudes.

**6 - Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?**

No que se refere a “Licitação” não me sinto suficiente capacitada para exercer o papel de voluntária e controlar os gastos municipais.

Há uns três meses conseguimos com o apoio da Maçonaria, de algumas empresas e de algumas pessoas físicas, instalar a sede da ADAMA, onde funciona nosso Observatório Social. Contratamos então um estagiário que ficou apenas um dia recebendo orientações no Observatório Social do Brasil – Maringá. De lá pra cá, vem lendo e estudando as principais leis, livros sobre o assunto e apostilas dos diferentes Encontros que, como associados, alguns de nós participamos.

Às vezes sozinho, outras vezes acompanhado de algum associado vem participando de licitações da Prefeitura. Várias irregularidades foram detectadas. Agendamos audiência com o Prefeito, que depois de uns dez dias nos atendeu. Colocamos o Prefeito à par das dificuldades encontradas para a realização de nosso trabalho, principalmente no setor de licitação que só nos informa dos produtos ou serviços a que os mesmos se referem, na véspera de ocorrerem, quando já não dá tempo de contarmos outras empresas para aumentar o número de concorrentes e nem nos dá tempo de fazermos a cotação dos preços.

Fizemos uma série de reivindicações para que nosso trabalho possa acontecer a contento. Caso não sejamos atendidos procuraremos o Ministério Público.

**7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?**

Com certeza. Sinto muita necessidade de aprofundamento de temas que me habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos, não apenas em relação a minha pessoa, mas para todo o nosso grupo. Acredito que se os demais tivessem maior conhecimento sobre o assunto, maior número de associados se disporem para realização do trabalho.

**8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?**

**A longo prazo**, sou de opinião que não existiria formação mais eficiente do que se fosse incluído no Currículo Escolar do Ensino Regular, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Nível Médio, disciplina que tratasse do assunto “Educação Fiscal”. Nas duas últimas séries do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, que fosse acrescido o estudo específico da Constituição Brasileira, com abordagem especial sobre os Conselhos, sobre os principais Códigos, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei que trata sobre licitações, entre outras, e como o

cidadão pode e deve acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Mas para isso o professor precisaria estar com excelente formação e total conhecimento.

**Para socorro imediato** aos Observatórios Sociais e demais Associações que estão sendo criadas com a mesma finalidade em mais de duzentos municípios brasileiros, sugiro que a CGU – Controladoria Geral da União, com suas Unidades Estaduais, desenvolvesse Cursos regionais nos maiores municípios de seu Estado, para os quais seriam convidados todos os Observatórios Sociais ou Associações da região que tem a finalidade de controlar gastos públicos.

**Também a curto prazo** sugiro que as Faculdades e Universidades fossem estimuladas, incentivadas a integrar, participar e dar apoio aos Observatórios Sociais. Em nosso Município, há uma Faculdade que oferece onze cursos. Conversamos com o Diretor e com Chefes de Departamentos, mas pelo fato dela ser uma Fundação Municipal, não querem se envolver, pela preocupação de “desagradar” o Prefeito.



**NOME** (opcional) Cristina Luíza

**IDADE** 32 ANOS                      **SEXO**  Feminino     Masculino

**ESTADO CIVIL**  Solteiro    Casado    Divorciado    Viúvo  
 Outros

**PROFISSÃO** \_\_\_\_\_ Secretária\_\_\_\_\_

**ESCOLARIDADE**

<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Ensino Médio	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto
<input type="checkbox"/> Superior Incompleto	Especificar _____	
<input checked="" type="checkbox"/> Superior Completo	Especificar Administração	
<input type="checkbox"/> Pós-graduação	Especificar _____	

1 - Qual é o principal papel a ser exercido por um voluntário que atue junto ao Observatório Social?

Fiscalizar a Prefeitura.

2 – Qual a principal dificuldade encontrada para exercer este papel?

Falta de informação, falta de preparo dos voluntários, má vontade dos servidores.

3 – Ao começar suas atividades no Observatório Social, recebeu algum tipo de capacitação ou treinamento?

Não.

4 - Se a resposta acima foi afirmativa, que tipo de evento foi ministrado em sua capacitação? Este foi satisfatório?

5 – Esta capacitação o habilitou para exercer efetivamente o controle dos gastos públicos em seu município?

6 - Você se sente suficientemente capacitado para exercer o papel de voluntário e controlar os gastos municipais?

Não. Sinto-me bastante insegura.

7 – Sente necessidade de aprofundar-se mais nos temas que o habilitariam a exercer o controle dos gastos públicos?

Com toda a certeza, pois o meu conhecimento é mínimo.

8 - Que outros eventos sugeriria para completar a sua formação?

Sobre Licitações, sobre como funciona a Prefeitura e suas secretarias.